

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

2009/2010



Trabalho de Investigação Individual

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS.

**AS FORÇAS ARMADAS E A PROTECÇÃO CIVIL NO ÂMBITO
NACIONAL E REGIONAL**

JOÃO MANUEL DE CASTRO JORGE RAMALHETE
Coronel de Administração Militar



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**AS FORÇAS ARMADAS E A PROTECÇÃO CIVIL NO ÂMBITO NACIONAL E
REGIONAL**

JOÃO MANUEL DE CASTRO JORGE RAMALHETE
Coronel de Administração Militar

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL DO CPOG

LISBOA 2010



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

AS FORÇAS ARMADAS E A PROTECÇÃO CIVIL NO ÂMBITO NACIONAL E REGIONAL

JOÃO MANUEL DE CASTRO JORGE RAMALHETE
Coronel de Administração Militar

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL DO CPOG

Orientador: Coronel PILAV Joaquim Fernando Soares de Almeida

LISBOA 2010



AGRADECIMENTOS

A todos os que, directa ou indirectamente, contribuíram para a elaboração deste trabalho, com o seu tempo, disponibilidade e camaradagem. Às minhas filhas, por toda a compreensão e apoio.





ÍNDICE

Resumo	i
Abstract	ii
Palavras-chave	iii
Lista de abreviaturas.....	iv
1. Introdução	1
a. Objecto do estudo e sua delimitação	2
b. Objectivos da Investigação	3
c. Questão Central, Questões Derivadas e Hipóteses	3
d. Percurso e Instrumento Metodológico.....	4
2. Enquadramento legal, normativo e conceptual	5
a. Legislação	5
(1) Constituição da República Portuguesa	5
(2) Programa do XVIII Governo Constitucional (2009/2013).....	5
(3) Lei da Defesa Nacional	6
(4) Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas	6
(5) Missões Específicas das Forças Armadas	6
(6) Lei de Bases da Protecção Civil	7
(7) Lei Orgânica do EMGFA	7
(8) Leis Orgânicas dos Ramos	8
(9) Directiva Operacional 06/CEMGFA/ 2010.....	8
(10) Directiva 05/CEMA/2001	8
(11) Sistema de Autoridade Marítima.....	8
(12) Directiva 29/ CEME/2010.....	9
(13) Sistema de Autoridade Aeronáutica.....	9
b. Síntese Analítica	9
3. Estruturas de Comando da Protecção Civil a nível nacional e regional	10
a. Enquadramento Político.....	10
b. Estruturas de Comando.....	11
(1) Continente	11
(2) Regiões Autónomas.....	13
(a) Açores	13



(b) Madeira	14
c. Participação das FFAA nas estruturas de Comando da Protecção Civil	14
(1) Representantes das FFAA	14
(2) Responsabilidades de nomeação	15
(3) Activação da colaboração.....	16
(4) Autorização de actuação.....	16
(5) Articulação com as estruturas de Protecção Civil	16
(6) Planeamento	17
d. Síntese Analítica	17
4. Estrutura operacional da protecção civil	18
a. Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro.....	18
b. Dispositivo Integrado das Operações de Protecção e Socorro	21
(1) Corpos de Bombeiros	21
(2) Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro	21
(3) Força Especial de Bombeiros	21
(4) Equipas de Intervenção Permanentes	22
c. Sistemas Locais	22
d. Regiões Autónomas.....	23
(1) Açores.....	23
(2) Madeira.....	24
e. Relações Internacionais	24
(1) Cooperação Bilateral	25
(2) Cooperação Multilateral	26
5. Estrutura logística da protecção civil	27
a. Bases de Apoio Logístico	27
b. Centros de Meios Aéreos.....	27
c. Unidade de Reserva Logística da ANPC.....	28
6. Apoio das FFAA	28
a. Apoio Programado.....	29
(1) Marinha	29
(2) Exército	29
(a) Plano Lira	29
(b) Plano Vulcano	30
(c) Plano Aluvião	30



(d) Plano Célula	30
b. Apoio não programado	31
(1) Marinha	32
(2) Exército	32
(3) Força Aérea	33
c. Dispositivos	33
(1) Marinha	33
(2) Exército	34
(3) Força Aérea	36
d. Colaboração nas Regiões Autónomas	37
e. Síntese Analítica	37
7. Conclusões	40
BIBLIOGRAFIA	41
ÍNDICE DE APÊNDICES	
APÊNDICE I – GLOSSÁRIO DE CONCEITOS	I-1
APÊNDICE II – MADEIRA (OPERAÇÃO FEVEREIRO 2010).....	II-1
APÊNDICE III – AÇORES (ZMA EM ACÇÕES DE PROTECÇÃO CIVIL) ...	III-1



RESUMO

O principal objectivo deste trabalho é contribuir para a melhoria da colaboração entre as Forças Armadas e as estruturas da Protecção Civil, no âmbito nacional e regional.

As Forças Armadas possuem capacidades, que, pela sua exclusividade, garantem uma resposta e actuação que a comunidade civil não consegue igualar. As suas capacidades de planeamento, organização, execução e logística e a prontidão e disponibilidade dos seus meios, fazem do aparelho militar um instrumento capaz de actuar a curto prazo e de forma eficaz em situações de emergência de considerável envergadura.

Nesta perspectiva, iremos começar por analisar o quadro legislativo, normativo e conceptual em que se enquadra o tema, nomeadamente no que concerne aos princípios de actuação das Forças Armadas em missões de protecção civil.

Prosseguiremos identificando e analisando a articulação entre as estruturas de comando da Protecção Civil a nível nacional e regional com as Forças Armadas, através dos seus representantes nos termos da legislação em vigor.

Procederemos de seguida à análise da estrutura operacional da Protecção Civil e de que forma se poderá potenciar a cooperação militar, de modo a desenvolver sinergias para o cumprimento dos objectivos comuns, na resposta a situações de emergência.

Ainda neste âmbito e considerando que a Protecção Civil é hoje uma preocupação presente, com lugar de destaque, nas principais agendas internacionais referiremos algumas das iniciativas existentes em termos de cooperação bilateral e multilateral.

No capítulo seguinte procuraremos um modelo de apoio logístico por parte das Forças Armadas, visando permitir uma resposta mais flexível e eficaz a situações emergentes de desastres naturais ou actos de terrorismo internacional, de forma a facilitar a respectiva articulação e ligação das acções a realizar.

Finalmente apresentaremos algumas conclusões, visando atingir o objectivo deste trabalho de investigação.



ABSTRACT

The main objective of this study is to improve cooperation between the armed forces and civil protection structures at the national and regional levels.

The armed forces have capabilities, which, by their exclusivity, guarantee a response and action the civil community cannot match. Its planning, organization, implementation, logistics and readiness and availability of its resources capacity, make the military an instrument capable of acting promptly and effectively in emergency situations of considerable magnitude.

Accordingly, we begin by examining the legislative, regulatory and conceptual as far as the theme concerns, particularly in relation to the principles of conduct of military missions in civil protection.

We will continue identifying and analyzing the relationship between the national and regional command structures of civil protection and with the armed forces, through their representatives in accordance with existing legislation.

We shall then examine the operational structure of the Civil Protection and how the military cooperation can enhance it, in order to develop synergies to achieve the objectives, in response to emergencies.

Also, in this regard and considering that the Civil Protection is now a concern, with a prominent position in international agendas, we'll refer some of the existing initiatives in terms of bilateral and multilateral cooperation.

At the following chapter we'll seek to examine the armed forces model of logistical support, in order to allow a more flexible and effective response to situations arising from natural disasters or acts of international terrorism in order to facilitate their linkage and connection of actions .

Finally we present some conclusions, aimed at achieving the objective of this research.



PALAVRAS-CHAVE

Acidente grave

Calamidade

Capacidades

Catástrofe

Crise

Dispositivo

Emergência

Forças Armadas

Protecção Civil



LISTA DE ABREVIATURAS

AAN	Autoridade Aeronáutica Nacional
AMN	Autoridade Marítima Nacional
ANPC	Autoridade Nacional de Protecção Civil
BA1	Base Aérea n.º 1
BAL	Bases de Apoio Logístico
BBSF	Brigadas de Bombeiros Sapadores Florestais
CASEVAC	Evacuação Aérea sem Acompanhamento Médico
CB	Corpos de Bombeiros
CCO	Centros de Coordenação Operacional
CCOD	Centro de Coordenação Operacional Distrital
CCON	Centro de Coordenação Operacional Nacional
CCOR	Centro de Coordenação Operacional Regional
CDNBQPA	Centro de Defesa NBQ e Protecção Ambiental
CDOS	Comando Distrital de Operações de Socorro
CDPC	Comissões Distritais de Protecção Civil
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
CEMA	Chefe de Estado-Maior da Armada
CEME	Chefe de Estado-Maior do Exército
CEMFA	Chefe de Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas
CFT	Comando das Forças Terrestres
CMA	Centros de Meios Aéreos
CMPC	Comissões Municipais de Protecção Civil
CNOS	Comando Nacional de Operações de Socorro
CNPC	Comissão Nacional de Protecção Civil
CNPCE	Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Comando Operacional Conjunto
COM	Comando Operacional da Madeira
COMAR	Centro de Operações da Marinha



CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPOG	Curso de Promoção a Oficial General
CRIF	Companhias de Reforço de Incêndios Florestais
CRP	Constituição da República Portuguesa
CRPC	Comissão Regional de Protecção Civil
CSOC	Centro de Situação e Operações Conjunto
DECIF	Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais
DGAM	Direcção-Geral de Autoridade Marítima
DIOPS	Dispositivo Integrado das Operações de Protecção e Socorro
DIROP	Directiva Operacional
DON	Directiva Operacional Nacional
DR	Diário da República
EEINP	Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente
EIP	Equipas de Intervenção Permanentes
ELAC	Equipa Logística de Apoio ao Combate
ElemDefBQ	Elemento de Defesa Biológica e Química
EMA	Empresa de Meios Aéreos
EMAC	Equipas Móveis de Apoio ao Combate
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
FAP	Força Aérea Portuguesa
FEB	Força Especial de Bombeiros
FFAA	Forças Armadas
GIPS	Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro
GLOR	Grupo Logístico de Reforço
GNR	Guarda Nacional Republicana
GRIF	Grupos de Reforço Para Incêndios Florestais
HCamp	Hospital de Campanha
HIP	Hipótese
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
LBPC	Lei de Bases de Protecção Civil
LDN	Lei de Defesa Nacional
LDNFA	Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas



LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
MDN	Ministro da Defesa Nacional
MEDEVAC	Evacuação Aérea com Acompanhamento Médico
MIFA	Missões Específicas das Forças Armadas
MRCC	<i>Maritime Rescue Coordination Center</i>
MRSC	<i>Maritime Rescue Coordination Subcenter</i>
NBQ	Nuclear Biológico e Químico
NBQR	Nuclear Biológico Químico e Radiológico
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PLANOP	Plano Anual de Utilização de Forças e Unidades Operacionais
POL	Plano Operacional Logístico
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RCC	<i>Rescue Coordination Center</i> (Centro Coordenador de Busca e Salvamento)
SAA	Sistema de Autoridade Aeronáutica
SAM	Sistema de Autoridade Marítima
SANAS	Corpo de Salvadores Náuticos
SAR	<i>Search and Rescue</i>
SAV	Suporte Avançado de Vida
SEDFCI	Sapadores do Exército para a Defesa da Floresta Contra Incêndios
SEMER	Serviço de Emergência Médica Regional
SIOPS	Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro
SNBSA	Sistema Nacional de Busca e Salvamento Aéreo
SNBSM	Sistema Nacional de Busca e Salvamento Marítimo
SRPCBA	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores
SRPCBM	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira
TESP	Transporte Especial
TEVS	Transporte de Evacuados
TII	Trabalho de Investigação Individual
TGER	Transporte Geral
UE	União Europeia
ZMA	Zona Militar dos Açores



ZMM

Zona Militar da Madeira



1. Introdução

A protecção civil é a actividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas, com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos, proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

A actividade da protecção civil tem carácter permanente, multidisciplinar e multi-sectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades do mesmo nível ou proveniente de níveis superiores. O organismo responsável por planear, coordenar e executar a política de Protecção Civil é a Autoridade Nacional de Protecção Civil.

A actividade da protecção civil exerce-se nos seguintes domínios:

- Levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos colectivos;
- Análise permanente das vulnerabilidades perante situações de risco;
- Informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matéria de autoprotecção e de colaboração com as autoridades;
- Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações;
- Inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível local, regional e nacional;
- Estudo e divulgação de formas adequadas de protecção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de infra-estruturas, do património arquivístico, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais;
- Previsão e planeamento de acções atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afectadas por riscos.

Os planos nacionais e regionais devem tentar inventariar todas as modalidades de acção possíveis para enfrentar as potenciais ameaças; além de listagens exaustivas de catástrofes mais prováveis, devem sobretudo conter indicações não disponíveis localmente, técnicas gerais de defesa, dados sobre normalização de procedimentos materiais e equipamentos e



definir claramente quais os grandes objectivos principais e secundários, com carácter geral, que os planeamentos subordinados devem visar.

É no entanto ao nível local que se pensa, organiza e conduz a sobrevivência; paradoxalmente os planeamentos de nível nacional e regional, embora logicamente de hierarquia superior, são menos importantes; a sua intervenção deve ser predominantemente indicativa e conduzir a regulação responsável. Atingir-se ou não os objectivos depende essencialmente do planeamento local, pelo que os níveis superiores de planeamento serão tanto mais eficazes quanto permitam a melhor adequação entre os recursos disponíveis e as necessidades de segurança das populações.

Em protecção civil, o contributo logístico é fundamental; considera-se que a melhoria do planeamento de protecção civil só é possível e realista se houver a convicção de que a sua vertente logística tem de ser melhorada. Embora o elemento humano permaneça fundamental, a logística deficiente pode ser causa suficiente para o fracasso.

No respeitante às Forças Armadas (FFAA), a sua actuação no âmbito das missões de interesse público encontra-se definida na Constituição da República Portuguesa, no n.º 6 do seu artigo 275.º, na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), no n.º 1 do seu artigo 24.º, bem como na Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), nos termos do n.º 1 do seu artigo 4.º, que estabelecem que “As FFAA podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de protecção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações”.

Num momento em que os desastres naturais estão na ordem do dia, sendo provavelmente, a par das acções de terrorismo internacional, a maior ameaça para o nosso país, o tema escolhido reveste-se de grande actualidade e enorme importância. O “sistema” nacional de protecção civil, embora parecendo bem estruturado do ponto de vista teórico, no que respeita à elaboração de planos e normas de execução, teria dificuldade em dar resposta a uma catástrofe de médias ou grandes dimensões sem o apoio das FFAA. Neste estudo iremos analisar a possibilidade de através de algumas medidas, potenciar a colaboração e a coordenação entre as estruturas da Protecção Civil e as FFAA.

a. O objecto do estudo e sua delimitação

Tendo como objectivo contribuir para uma melhor e mais eficaz colaboração entre as Forças Armadas e as estruturas da Protecção Civil, procuraremos através deste estudo propor medidas concretas, que permitam potenciar essa relação, rentabilizando os meios



disponíveis para o cumprimento das missões intrinsecamente militares, realizando missões de interesse público em proveito das populações. O objecto do estudo foi delimitado à avaliação e identificação das formas de cooperação institucional e funcional entre as FFAA e os organismos de Protecção Civil, nas vertentes da organização e planeamento nos âmbitos nacional e regional, assim como nas componentes operacional e logística.

b. Os objectivos da investigação

Tendo presente o objecto de estudo e a delimitação estabelecida, neste trabalho de investigação procuraremos atingir os seguintes objectivos:

- Analisar o quadro legislativo, normativo e conceptual em que se enquadra o tema, nomeadamente os conceitos de actuação das FFAA em funções de protecção civil;
- Identificar e analisar as estruturas de comando da Protecção Civil a nível nacional e regional assim como da colaboração das FFAA, através dos seus representantes naquelas estruturas, nos termos da legislação em vigor;
- Analisar a estrutura operacional da Protecção Civil e a cooperação dos meios militares, de forma a desenvolver sinergias para o cumprimento dos objectivos comuns, na resposta a situações de emergência;
- Equacionar o apoio logístico das FFAA, visando permitir uma resposta mais flexível e eficaz a situações emergentes de desastres naturais ou actos de terrorismo internacional, de forma a facilitar a respectiva articulação e ligação das acções a realizar.

c. Questão central, questões derivadas e hipóteses

Com base no tema proposto, identificámos a seguinte **questão central (QC)**:

“De que modo e com que meios poderão as FFAA colaborar de uma forma mais eficiente e eficaz com as estruturas da Protecção Civil, no âmbito nacional e regional?”

Desta questão central resultam as seguintes **questões derivadas (QD)**:

QD1 – O actual quadro legislativo contempla a cooperação e articulação entre as FFAA e a Protecção Civil no âmbito nacional e regional?

QD2 – De que forma, na articulação entre as estruturas da Protecção Civil a nível nacional e regional e a estrutura militar, poderá existir uma maior coordenação e cooperação?



QD3 – Como poderão as FFAA prestar uma maior e melhor cooperação em acções de protecção civil no âmbito operacional?

QD4 – De que modo o apoio logístico solicitado às FFAA contribuirá para um maior nível de prontidão de meios e eficácia no apoio às populações?

Com base nestas questões derivadas levantaram-se as seguintes **hipóteses (HIP)**:

HIP1- A legislação em vigor é adequada ao desempenho das missões das FFAA na colaboração com a Protecção Civil.

HIP2 – Uma maior participação dos oficiais das FFAA nas estruturas de comando da Protecção Civil, permitirá uma maior coordenação e cooperação entre ambas.

HIP3 – Uma maior preparação das FFAA através da formação e treino dos seus meios humanos e materiais, permitirá potenciar as acções de âmbito operacional quando solicitadas pela Protecção Civil.

HIP4 – A implementação de plataformas logísticas de apoio à emergência, permitirá um maior nível de prontidão de meios e eficácia no apoio às populações.

d. Percurso e instrumento metodológico

A metodologia de investigação utilizada foi o método hipotético-dedutivo¹.

O percurso metodológico desenvolver-se-á através de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema e a realização de entrevistas a entidades militares e civis, com conhecimentos na área da cooperação das FFAA com a Protecção Civil. Iniciaremos a investigação definindo o actual quadro legislativo, normativo e conceptual nacional que rege a cooperação institucional e funcional entre as FFAA e os organismos de protecção civil, caracterizando as responsabilidades e limites de actuação de cada um dos sectores em análise. Seguidamente procederemos à análise das estruturas de comando da Protecção Civil a nível nacional e regional e a cooperação das FFAA nesses organismos. Posteriormente analisaremos a componente operacional da Protecção Civil. Paralelamente, identificaremos e analisaremos os meios que as FFAA podem disponibilizar, quando solicitados e referiremos alguns exemplos práticos de cooperação, já ocorridos. Na fase seguinte analisaremos o actual dispositivo de apoio logístico da Protecção Civil, assim

¹ De acordo com Quivy e Campenhoudt (2003:144) “A construção deste método parte de um postulado ou conceito postulado, como modelo de interpretação do fenómeno estudado. Este modelo gera, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real”.



como os meios a ele atribuídos e avaliaremos de que forma poderão as FFAA contribuir para esse apoio de uma forma mais concreta e eficaz. Terminaremos o Estudo, apresentando as conclusões que procurarão responder à questão central.

2. Enquadramento legal, normativo e conceptual

a. Legislação

O actual quadro legal e normativo nacional estabelece as responsabilidades e os limites de actuação das FFAA e das estruturas da Protecção Civil, “*no âmbito das missões de interesse público, nomeadamente em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e de melhoria da qualidade de vida das populações, assim como em caso de acidentes graves, catástrofes e calamidades*”, através dos seguintes documentos:

(1) Constituição da República Portuguesa

De acordo com a 7.^a revisão da Constituição da República Portuguesa (CRP)², a política de defesa nacional tem por objectivos garantir “a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas” (CRP, 2005: art.º 273.º, n.º 2), ao mesmo tempo que estabelece que “as FFAA podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de protecção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações” (CRP, 2005: art.º 275.º, n.º 6), e que “as leis que regulam o estado de sítio e o estado de emergência fixam as condições de emprego das FFAA, quando se verificarem essas situações” (CRP, 2005: art.º 275.º, n.º 7).

(2) Programa do XVIII Governo Constitucional (2009/2013)

No programa do Governo, e no capítulo referente às missões das FFAA, estabelece-se que “devem continuar a executar missões de interesse público, designadamente de busca e salvamento, de fiscalização marítima e de apoio às populações, em especial, na prevenção e combate aos fogos florestais e em situação de catástrofes naturais, de forma supletiva enquadrada e coordenada com os bombeiros e protecção civil”.

Refere ainda, que no quadro das organizações internacionais de que Portugal é membro, nomeadamente a Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia (UE), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), será considerada a criação de unidades civis e militares de ajuda de emergência para

² Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto



reforçar, em coordenação com as organizações não governamentais, a actuação portuguesa no contexto de crises humanitárias (Capítulo VIII, n.º1).

(3) Lei da Defesa Nacional

A Lei de Defesa Nacional (LDN)³, estabelece como objectivo permanente da política de defesa nacional, assegurar “a segurança das populações, bem como os seus bens e a protecção do património nacional” (LDN, 2009: art.º 5.º b). E define ainda, no n.º 1.f) do seu artigo 24.º, que as FFAA “podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de protecção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações”. Estabelece também, que “compete ao Presidente da República declarar o estado de sítio e o estado de emergência, ouvido o Governo e mediante autorização da Assembleia da República” (art.º 9.º, n.º 2. d)).

Preconiza ainda que “em conjunção com o Ministro da Defesa Nacional, todos os outros ministros asseguram a execução de componentes não militares da política de defesa nacional que se insiram no âmbito das atribuições dos respectivos ministérios” (LDN, 2009 art.º 15.º n.º1), competindo em especial, a cada ministro: “preparar a adaptação dos seus serviços para o estado de guerra, o estado de sítio e o estado de emergência” (LDN, 2009 art.º 15.º n.º2 a)) e “dirigir a acção dos seus serviços na mobilização e requisição, no planeamento civil de emergência e na protecção civil” (LDN, 2009 art.º 15.º n.º2 b)).

Estabelece igualmente que compete ao Conselho Superior de Defesa Nacional emitir parecer sobre: “a organização da protecção civil, da assistência às populações e da salvaguarda dos bens públicos e particulares, em caso de guerra” (LDN, 2009 art.º 17.º n.º1 h)).

(4) Lei Orgânica de Bases da Organização das FFAA

A LOBOFA⁴ define no n.º 1. f) do seu artigo 4.º, que incumbe às FFAA “colaborar em missões de protecção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações”, podendo ainda ser empregues quando “se verifique o estado de sítio ou de emergência” (LOBOFA, 2009: art.º 4.º, n.º 2).

(5) Missões Específicas das FFAA

As MIFA 04⁵, no que concerne a “outras missões de interesse público”, definem duas missões específicas conjuntas para os três Ramos:

³ Lei n.º 31-A/2009 de 7 de Julho.

⁴ Lei Orgânica n.º 1-A/2009 de 7 de Julho.

⁵ Definidas em Conselho Superior de Defesa Nacional, em 21 de Outubro de 2004, decorrem das orientações gerais do conceito de acção militar, do nível de ambição e das orientações específicas definidas no CEM.



- MC 17 – Colaborar nas tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações, bem como exercer as funções que cabem às FFAA em caso de acidente grave, catástrofe e calamidade, em articulação com o planeamento civil de emergência. Inscrevem-se neste contexto, acções relacionadas com a protecção do ambiente, combate à poluição marítima e a intervenção, prevenção e rescaldo de incêndios florestais;
- MC 18 – Garantir o serviço de busca e salvamento, incluindo as missões que decorrem, para as Componentes Naval e Aérea, da satisfação dos compromissos internacionais do País.

(6) Lei de Bases da Protecção Civil

A Lei de Bases da Protecção Civil (LBPC), aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, dedica às FFAA um capítulo específico (Cap. VI), e define, no n.º 1. c) do artigo 46.º, que as FFAA são agentes de protecção civil, tal como as Autoridades Marítima e Aeronáutica (n.º 1. d)). Por seu turno, o artigo 52.º estabelece que as FFAA colaboram, no âmbito das suas missões específicas, em funções de protecção civil, definindo de seguida quais as entidades que podem solicitar a sua colaboração, formas de colaboração e condições do seu emprego.

(7) Lei Orgânica do EMGFA

A presente lei⁶ define que compete ao Comando Operacional Conjunto (COC), no âmbito das suas competências, assegurar a ligação com as forças de segurança e outros organismos do Estado relacionados com a segurança e defesa e a protecção civil, planear e coordenar o emprego das forças e meios do sistema de forças nacional em acções de protecção civil e assegurar a componente de execução que permita garantir a capacidade de comando e controlo do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), da sua estrutura operacional, bem como a ligação com os organismos do Estado relacionados com a segurança e defesa e a protecção civil;⁷

Refere igualmente que compete ao Centro de Situação e Operações Conjunto (CSOC), garantir o acompanhamento do empenhamento das forças e meios das FFAA no combate a agressões ou ameaças transnacionais, de missões de protecção civil, de tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações e de outras missões de interesse público e assegurar a ligação a centros de

⁶ Decreto-Lei n.º 234/2009 de 15 de Setembro

⁷ Art.º 14.º alíneas h) i) j) idem.



situação de organismos do Estado relacionados com a segurança e defesa e a protecção civil.⁸

(8) Leis Orgânicas dos Ramos

Derivado da lei orgânica do EMGFA encontramos igualmente preconizado nas leis orgânicas dos ramos, a colaboração em missões de protecção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, assim como a atribuição de responsabilidades aos comandantes das zonas marítimas, terrestres e aéreas de assegurarem a ligação com a Protecção Civil, em coordenação com os Comandos Operacionais da área onde se inserem.

(9) Directiva Operacional n.º 06/CEMGFA/2010

A presente Directiva estabelece a forma de colaboração das FFAA no âmbito da Protecção Civil, define as áreas preferenciais de apoio, a articulação com as estruturas do sistema da Protecção Civil e identifica ainda as tarefas e procedimentos a adoptar pela estrutura de comandos a nível de planeamento, coordenação e execução de acções de protecção civil.

(10) Directiva nº05/CEMA/2001

Esta Directiva estabelece o quadro de actuação da Marinha no âmbito da colaboração das FFAA em missões de protecção civil, no domínio de situações de emergência que ocorram em rios e albufeiras. Fixa os procedimentos a adoptar em relação ao planeamento, condução e execução das acções de protecção civil, identificando organismos e meios susceptíveis de serem envolvidos, definindo competências e condições de emprego em função das tarefas que possam ser atribuídas.

(11) Sistema de Autoridade Marítima

O Sistema de Autoridade Marítima (SAM), criado em 2002 pelo Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de Março, exerce poder na área de jurisdição marítima nacional e assume um carácter de transversalidade, integrando todas as entidades, civis e militares, que exercem poderes de autoridade marítima. Nas suas atribuições constam, entre outras: a prevenção e combate à poluição; salvaguarda da vida humana no mar e salvamento marítimo; protecção civil com incidência no mar e na faixa litoral; e protecção da saúde pública (art.º 6.º n.º 2).

No âmbito do SAM, o Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de Março (Lei Orgânica da Autoridade Marítima Nacional (LOAMN)), define a estrutura, organização, funcionamento e competências da AMN e cria a Direcção-Geral de Autoridade Marítima (DGAM),

⁸ Art.º 18.º alíneas d) e) idem.



definindo ainda as competências do Capitão de Porto, entre as quais consta a de dirigir operacionalmente, enquanto responsável de protecção civil, as acções decorrentes das competências que lhe estão legalmente cometidas, em cooperação com outras entidades e sem prejuízo das competências da tutela nacional da protecção civil (art.º 13.º, n.º 2 c)); prestar auxílio e socorro a náufragos e embarcações, utilizando os recursos materiais da capitania ou requisitando-os a organismos públicos e particulares se tal for necessário; e superintender as acções de assistência e salvamento de banhistas nas praias da área da sua capitania (art.º 13.º n.º 3).

O Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) é, por inerência, a AMN. A colaboração da AMN será requerida através do Maritime Rescue Coordination Center (MRCC) ou dos seus órgãos locais, as Capitánias dos Portos (são 28, sendo seis nos Açores e duas na Madeira).

(12) Directiva nº 29/CEME/2010

Nesta directiva, o General CEME determina ao Exército a constituição, com as valências operacionais adequadas e disponíveis no Sistema de Forças, de uma capacidade articulada para resposta a catástrofes, em apoio da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), e que tenha em conta a experiência já implementada na Zona Militar dos Açores (ZMA) e Zona Militar da Madeira (ZMM).

(13) Sistema de Autoridade Aeronáutica

O Sistema de Autoridade Aeronáutica (SAA) exerce a autoridade do Estado no EEINP e integra entidades, órgãos ou serviços, de nível central, regional ou local que, com funções de coordenação, executivas, consultivas ou policiais exercem poderes de autoridade aeronáutica. Nas suas atribuições constam, entre outras, a vigilância, fiscalização e patrulhamento marítimo por meios aéreos, e a segurança do espaço aéreo através do seu policiamento. O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) é, por inerência, a Autoridade Aeronáutica Nacional (AAN).

b. Síntese Analítica

A participação das FFAA em acções de protecção civil encontra-se como verificámos, regulada por um quadro legislativo e normativo. Assim, o preceituado pela CRP estabelece que nos termos da lei, àquelas podem ser incumbidas missões de protecção civil e tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, assim como refere que as leis que regulam o estado de sítio e estado de emergência fixam as condições de emprego das FFAA, quando se



verifiquem estas situações. Estes conceitos encontram-se plasmados na LDN e LOBOFA, e são igualmente reflectidos nas MIFA04, onde se preconiza a articulação entre as FFAA, o planeamento civil de emergência e a protecção civil.

Através da LBPC, as FFAA são consideradas agentes de protecção civil, estabelecendo as condições do seu emprego e formas de colaboração. Nas leis orgânicas do EMGFA e dos respectivos Ramos, encontramos definidas as formas de participação e as responsabilidades das entidades responsáveis pela articulação com os organismos de protecção civil, nomeadamente a constituição, com as valências operacionais adequadas e disponíveis do Sistema de Forças, de uma capacidade articulada para resposta a catástrofes, em colaboração com a ANPC. Parece-nos no entanto relevante, nesta matéria haver uma revisão do quadro legislativo, perante a existência de catástrofes de média e grande dimensão, onde o papel das FFAA, não seja apenas de “*apoio cívico*”, quando solicitado, mas encarado como fazendo parte da sua missão secundária. Na nossa opinião nem na legislação nem nas directivas operacionais, se encontram enunciados os princípios de actuação das FFAA em missões de colaboração com a Protecção civil. Pelo acima exposto, considera-se respondida a QD 1 e parcialmente confirmada a HIP 1.

3. Estruturas de Comando da Protecção Civil a nível nacional e regional

a. Enquadramento Político

Ao nível da Direcção política, temos a Assembleia da República que contribui, pelo exercício da sua competência política, legislativa e financeira, para enquadrar toda a política de protecção civil e para fiscalizar a sua execução.

Já ao Governo compete a condução da política de protecção civil que, no respectivo Programa deve inscrever as principais orientações. Compete ainda ao governo informar periodicamente a AR sobre a situação do país no que toca à protecção civil, bem como sobre a actividade dos organismos e serviços por ela responsáveis.

No Governo, compete ao Conselho de Ministros definir: as linhas da política governamental de protecção civil e a sua execução; programar e assegurar os meios destinados à execução das políticas de protecção civil; declarar a situação de calamidade e as respectivas medidas excepcionais, bem como, a afectação extraordinária dos meios financeiros indispensáveis à aplicação das referidas medidas.

O Primeiro-ministro é o responsável pela direcção da política de protecção civil, podendo delegar as suas competências no Ministro da Administração Interna (MAI).



Assim, compete-lhe coordenar e orientar a acção dos membros do governo nos assuntos relacionados com a protecção civil.

Compete ao Governador Civil desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as acções de protecção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação, sendo apoiado, pelo centro distrital de operações de socorro e pelos restantes agentes distritais de protecção civil.

O Presidente da Câmara Municipal na área da sua responsabilidade é apoiado pelo serviço municipal de protecção civil e pelos restantes agentes de protecção civil de âmbito municipal⁹.

b. Estruturas de Comando

(1) Continente

A protecção civil é desenvolvida em todo o território nacional, sendo a responsabilidade das políticas e acções de protecção civil, nas Regiões Autónomas, da responsabilidade dos Governos Regionais. A estrutura de protecção civil organiza-se ao nível nacional, regional e municipal, e integra como órgãos de execução, a ANPC¹⁰ e os agentes de protecção civil. São órgãos da ANPC, o presidente, os Directores Nacionais e o Conselho Nacional de Bombeiros.

Como órgãos de coordenação em matéria de protecção civil surge-nos a Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC), as Comissões Distritais de Protecção Civil (CDPC) e as Comissões Municipais de Protecção Civil (CMPC). São estas comissões, entre outras incumbências, que elaboram consoante o âmbito de acção, os respectivos planos de emergência e promovem a realização de exercícios, simulacros e treinos operacionais, em matéria de protecção civil.

A organização da ANPC integra a direcção nacional de recursos de protecção civil, a direcção nacional de planeamento de emergência, a direcção nacional de bombeiros e a estrutura do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), composta pelo Comando Nacional de Operações e Socorro (CNOS) e pelos Comandos Distritais de Operações e Socorro (CDOS).

A ANPC é um serviço central de natureza operacional, da administração directa do Estado, na dependência do Ministro de Estado e da Administração Interna. No fundo a

⁹ Lei de Bases da Protecção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho).

¹⁰ Lei Orgânica da ANPC (Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março).



ANPC constitui-se como a coluna vertebral do Sistema Nacional de Protecção Civil, que se desdobra aos níveis nacional, regional e municipal.

A missão da ANPC é a de planear, coordenar e executar a política de protecção civil, no âmbito da prevenção e reacção a acidentes graves e catástrofes, de protecção e socorro das populações e de superintendência da actividade dos bombeiros. As atribuições da ANPC são prosseguidas em todo o território nacional.

No quadro da previsão e gestão de riscos, a ANPC tem como atribuições promover o levantamento, previsão e avaliação dos riscos colectivos, quer de origem natural, quer de origem tecnológica, bem como desenvolver o estudo e técnicas adequadas de prevenção e socorro. Ainda nesta área, organiza um sistema nacional de alerta e aviso, bem como coordena os números nacionais de emergência e as estruturas de despacho de informação e meios e procede à regulamentação, licenciamento e fiscalização no âmbito da segurança contra incêndios.

No que diz respeito ao planeamento de emergência, contribui para a definição da política nacional de planeamento de emergência, com directrizes, estudos, planos de apoio técnico e pareceres, bem como assegura a articulação dos serviços públicos ou privados, empenhados na área, para em caso de acidente grave ou catástrofe se garantir a continuidade da acção governativa, a protecção das populações e a salvaguarda do património nacional.

De salientar, que a ANPC participa na execução da política de cooperação internacional do Estado português, no domínio da protecção civil. Neste contexto pode mediante autorização do membro do governo responsável pela área da Administração Interna, participar em missões de auxílio externo.

Na actividade de protecção e socorro, a ANPC, garante a continuidade orgânica e territorial do sistema de comando de operações e socorro, nos âmbitos local e regional autónomo, prevendo a necessidade de empenhamento de meios privados e públicos, para fazer face a situações de acidentes graves e catástrofes e assegura a coordenação de todos os agentes de protecção civil.

A ANPC tem ainda como atribuições, na área dos bombeiros, a orientação, coordenação e fiscalização da actividade dos corpos de bombeiros, promove e incentiva a participação das populações no voluntariado, assegura a formação pessoal e profissional e a prevenção sanitária, a higiene e a segurança do pessoal dos respectivos corpos de bombeiros.



São considerados agentes da protecção civil:

- Os Corpos de Bombeiros;
- As Forças de Segurança;
- As FFAA;
- As Autoridades Marítimas e Aeronáuticas;
- O Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e os demais serviços de saúde;
- Os Sapadores Florestais;
- A Cruz Vermelha Portuguesa.

Têm ainda um especial dever de cooperação, com os agentes de protecção civil as entidades seguintes:

- Serviços de Segurança;
- Instituto de Medicina legal;
- Instituições de Segurança Social;
- Instituições com fins de socorro e solidariedade;
- Organismos responsáveis pela floresta, conservação da natureza, indústria e energia, transportes, comunicações, recursos hídricos e ambiente e serviços de segurança e socorro privados.

(2) Regiões Autónomas

(a) Açores

O Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA) é um departamento que depende da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

A organização do SRPCBA integra a Inspecção de Bombeiros, a Divisão de Socorro e Equipamento, a Divisão de Segurança Contra Incêndios, a Divisão de Planeamento Operações e Avaliação de Risco e a Divisão de Prevenção, Formação e Sensibilização¹¹.

Os municípios dispõem de serviços municipais e protecção civil, aos quais incumbe, ao nível da respectiva circunscrição territorial, a prossecução dos objectivos e o desenvolvimento das acções de informação, formação, planeamento, coordenação e controlo nos domínios previstos no artigo 4.º da Lei de Bases da Protecção Civil.

Compete ainda aos serviços municipais de protecção civil constituírem e assegurarem a funcionalidade dos respectivos centros municipais de operações de

¹¹ Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2007/A



emergência, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/99/A, de 15 de Abril, enquanto este se mantiver em vigor.

Tem como atribuições orientar, coordenar e fiscalizar, a nível da Região Autónoma dos Açores, as actividades de Protecção Civil e dos Corpos de Bombeiros, bem como assegurar o funcionamento de um sistema de transporte terrestre de emergência médica, de forma a garantir, aos sinistrados ou vítimas de doença súbita, a pronta e correcta prestação de cuidados de saúde.

(b) Madeira

A condução da política de protecção civil é da competência do Governo Regional, que através do respectivo Programa inscreve as principais orientações a adoptar ou a propor naquele domínio¹².

Em 30 de Março de 2006, é aprovada a orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil, Instituto Público da Região Autónoma da Madeira¹³, extinguindo o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira. Da sua missão podemos destacar: a prevenção dos riscos inerentes a situações de acidente, catástrofe ou calamidade, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, socorrendo pessoas e protegendo bens; promover o levantamento, previsão e avaliação dos riscos colectivos de origem natural e tecnológica; inspeccionar, fiscalizar e avaliar os serviços, meios e recursos de socorro, incluindo os disponíveis nos corpos de bombeiros; coordenar o accionamento dos meios de socorro apropriados no âmbito da emergência pré-hospitalar e proceder às acções de socorro, busca e salvamento marítimos, em articulação com as demais entidades competentes.

c. Participação das FFAA nas estruturas de Comando da Protecção Civil

(1) Representantes das FFAA

Os representantes das FFAA participam, ou podem participar, na estrutura da Protecção Civil, ou de outras entidades com ela relacionadas, de forma permanente ou em função da situação, por forma a permitir a articulação eficaz e a concretização da colaboração das FFAA¹⁴.

Em situação de guerra e em estado de sítio ou estado de emergência, as actividades de protecção civil subordinam-se ao disposto na Lei de Defesa Nacional e na Lei sobre o Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.

¹² Decreto Legislativo Regional n.º 16/2009/M

¹³ Decreto Legislativo Regional n.º 7/2006/M

¹⁴ Directiva Operacional n.º 006/CEMGFA/2010



Dadas as competências das Comissões de Protecção Civil¹⁵ e das Comissões de Defesa da Floresta, as FFAA são representadas localmente nesses órgãos, sempre que possível, ao mais alto nível.

A nomeação de representantes para cada órgão dos sistemas de protecção civil (Nacional e Regional) recai sobre dois oficiais, efectivo e substituto, preferencialmente oficiais superiores. O representante no Comando Nacional de Operações de Socorro (CDOS) e no Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON) é o único oficial a exercer funções em permanência.

Sempre que a gravidade da situação o exigir e para tal for solicitado, ou houver forças militares empenhadas, a posição de representante nos órgãos de coordenação dos sistemas de protecção civil, nacional ou regional, é mantida “em permanência” enquanto durar a situação.

Aquando da proposta de nomeação dos representantes das FFAA, devem ser comunicados ao CSOC/COC/EMGFA os dados relativos ao pessoal, conforme consta no anexo B da referida directiva.

(2) Responsabilidades de nomeação

No Continente, compete ao CEMGFA nomear os representantes para a CNPC e para o CCON, que acumula com a representação no CNOS. Para as CDPC, que acumulam com a representação nas Comissões Distritais de Defesa da Floresta e para os Centros de Coordenação Operacional Distritais (CCOD), sob proposta do respectivo Chefe de Estado-Maior do Ramo.

Nas Regiões Autónomas compete ao Comandante Operacional respectivo nomear, dando conhecimento ao CEMGFA, os representantes para a Comissão Regional de Protecção Civil (CRPC) da Madeira, Centro de Coordenação Operacional Regional (CCOR) da Madeira, sob proposta do Comandante da Zona Militar da Madeira e para a CRPC dos Açores.

(3) Activação da colaboração

No Continente, a colaboração das FFAA em acções de protecção civil é solicitada ao EMGFA, através do Centro de Situação e Operações Conjunto (CSOC), pela ANPC, excepto em caso de manifesta urgência, no qual, os governadores civis e os presidentes das câmaras municipais, podem solicitar a colaboração das FFAA directamente aos

¹⁵ Através do Decreto-Lei n.º 153/1991 de 23 de Abril, foi criado o SNPCE, composto pelo CNPCE e por 10 Comissões de Planeamento de Emergência, Energia, Industrial, Comunicações, Transportes Terrestres, Transportes Aéreos, Transportes Marítimos, Agricultura, Saúde, Ambiente e Ciberespaço.



comandantes das unidades implantadas na respectiva área, devendo estes dar imediato conhecimento da sua decisão ao CEMGFA, através do CSOC e à respectiva cadeia hierárquica.

Nas Regiões Autónomas, a colaboração é solicitada pelo membro do governo da região que tutela a Protecção Civil, em coordenação com o Serviço Regional de Protecção Civil, ao Comandante Operacional, devendo este dar conhecimento ao CEMGFA, através do canal operacional, excepto em caso de manifesta urgência, no qual, os presidentes dos Serviços Regionais de Protecção Civil os governadores civis e os presidentes das câmaras municipais, podem solicitar a colaboração das FFAA directamente aos comandantes das unidades implantadas na respectiva área, devendo estes dar imediato conhecimento da sua decisão ao Comandante Operacional e ao respectivo Comandante de Zona.

(4) Autorização de actuação

No Continente, a autorização de actuação compete ao CEMGFA, excepto em caso de manifesta urgência, no qual, os Chefes de Estado-Maior dos Ramos e o Comandante da Unidade implantada na área afectada são competentes para, no seu âmbito e pelos meios mais expeditos, autorizar a actuação, sempre com informação e pedido de sancionamento ao CEMGFA e à respectiva cadeia hierárquica quando aplicável.

Nas Regiões Autónomas, a autorização é dos respectivos Comandantes Operacionais, excepto em caso de manifesta urgência, no qual, o Comandante de Zona e o Comandante da Unidade implantada na área afectada são competentes para, no seu âmbito, autorizar a actuação, sempre com informação e pedido de sancionamento à respectiva cadeia hierárquica e ao Comandante Operacional, que dará conhecimento ao CEMGFA através do canal operacional.

(5) Articulação com as estruturas de Protecção Civil

A articulação entre a estrutura de Protecção Civil e a estrutura militar é feita com base nos representantes das FFAA que participam na estrutura da Protecção Civil (de forma permanente ou em função da situação) colocados nos níveis da coordenação política, institucional e de comando operacional, de âmbito nacional, regional, ou distrital, servindo como elementos de ligação, conselheiros nas áreas relativas à actuação das FFAA, colaborar na elaboração de planos de emergência e na realização de exercícios de simulação e treino, participar nas reuniões regulares estabelecidas, assim como desempenhar outras funções, que se encontram previstas no anexo B, à DIROP n.º06/CEMGFA/2010.



(6) Planeamento

As FFAA contribuem na preparação e implementação dos planos de emergência, elaborados aos diferentes níveis (Nacional, Regional, Distrital e Municipal), nos termos da legislação em vigor;

Os planos nacionais, do âmbito da Protecção Civil, são aprovados pelo Conselho de Ministros, sendo os planos regionais aprovados pelos Governos Regionais e os distritais e municipais pela CNPC.

Os planos de emergência previamente elaborados pelas autoridades dos sistemas Nacional e Regional de Protecção Civil carecem de parecer favorável das FFAA, relativamente à sua participação nesses planos.

Os planos que materializam a colaboração das FFAA no âmbito da Protecção Civil são elaborados pelos Ramos e Comandos de Zona nas Regiões Autónomas, em coordenação com os respectivos Comandos Operacionais, (Comando Operacional dos Açores e Comando Operacional da Madeira) e aprovados pelo CEMGFA.

Nos planos de emergência a elaborar, e para cada Estado de Alerta, deve ser indicada a prontidão das forças e meios, devendo ainda deles fazerem parte os quadros de emprego dos recursos humanos e materiais, mobilizáveis e projectáveis.

Os Ramos fornecem ao EMGFA, e mantêm actualizado, um quadro completo dos recursos humanos e materiais disponíveis e projectáveis, com os seguintes dados: caracterização, quantidade, distribuição por área geográfica (distritos do Continente, Açores e Madeira) e capacidade de mobilização nas situações Normal e de Alerta Especial, incluindo os previstos em planos específicos.

d. Síntese Analítica

Relativamente a ambas as estruturas, constatámos que existem representantes das FFAA nas da protecção civil de forma permanente, apenas no Comando Nacional de Operações de Socorro (CDOS) e no Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON) e de forma eventual, em função da situação, nos restantes órgãos. Esta participação, destina-se a representar o CEMGFA em território continental e os respectivos Comandos Operacionais nas Regiões Autónomas, assim como desempenhar outras funções que se encontram previstas no anexo B, à DIROP n.º06/CEMGFA/2010.

Verificámos igualmente que a articulação entre as estruturas de comando das FFAA e da Protecção Civil se encontra definida na diversa legislação em vigor.



São também elaborados planos por ambas as estruturas, visando responder a qualquer necessidade de intervenção, em acções de protecção civil.

Parece assim, que a colaboração e cooperação existente entre ambas se encontram consolidadas, não sendo necessária qualquer alteração ao quadro existente. Contudo e com base na análise, leituras e entrevistas efectuadas durante a elaboração deste estudo, reconheceu-se a existência de em algumas áreas ser possível actuar com vista a melhorar a relação entre ambas as estruturas.

No nosso entender, deveria ser criado um núcleo ao nível do CSOC/COC do EMGFA, para investigação estudo e análise desta matéria, tendo por objectivo conceber uma doutrina conjunta para as FFAA, em missões de interesse público, que poderia contar com a presença de elementos da Protecção Civil contribuindo para um pensamento estratégico integrado.

O reforço da presença de oficiais superiores dos três ramos das FFAA no Estado-Maior da ANPC e ainda nas estruturas da Protecção Civil a nível regional e local, deveria ser de uma forma permanente, recorrendo se necessário a pessoal na situação de reserva ou reforma, para colaborar, face à mais-valia da sua experiência, quer teórica (elaboração de estudos de estado maior, directivas, etc.), quer prática, (em teatros de operações no ex-ultramar, e/ou missões de apoio à paz), iria contribuir de uma forma mais eficaz e eficiente na elaboração de planos quer para apoio real, quer para exercícios conjuntos, nas diversas vertentes, como comando e controlo, operacional e logística.

Pelo acima exposto, considera-se respondida a QD 2 e confirmada a HIP 2.

4. Estrutura Operacional da Protecção Civil

A estrutura operacional da protecção civil assenta no Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS)¹⁶, o qual se define como *“o conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de protecção civil actuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional”*¹⁷.

a. Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro

O SIOPS visa responder a situações de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe. Este sistema é desenvolvido, desde logo, com base em estruturas de

¹⁶ Decreto-Lei n.º 136/2006, de 25 de Julho – Regula o SIOPS.

¹⁷ Art.º 1.º Idem



coordenação. O princípio do comando único assenta nas duas dimensões do Sistema, a da coordenação institucional e a do comando operacional.

A coordenação institucional é assegurada pelos centros de coordenação operacional de âmbito nacional e distrital. Estes centros integram as entidades necessárias, para fazer face a acidentes graves e catástrofes e são responsáveis pela gestão da participação operacional de cada força ou serviço nas operações de socorro.

O Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON) tem por responsabilidade garantir que todas as entidades e instituições de âmbito nacional, indispensáveis às operações de protecção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulem entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto. Integram o CCON representantes da Autoridade Nacional de Protecção Civil, da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública, do Instituto Nacional de Emergência Médica, do Instituto de Meteorologia e da Direcção Geral dos Recursos Florestais e demais entidades, sempre que necessário, como por exemplo, das FFAA.¹⁸

Este Centro é coordenado pelo Presidente da ANPC ou em sua substituição pelo comandante operacional nacional da ANPC. Os recursos humanos, materiais e informáticos necessários ao funcionamento do CCON são garantidos pela ANPC. Dispõe de um módulo Centro Tático de Comando (CETAC), composto por 7 veículos de comando e controlo, de apoio técnico e logístico e de comunicações. Mobilização à ordem do Comando Operacional Nacional (CONAC).

Também no que se refere aos serviços de busca e salvamento marítimo e aéreo¹⁹, é estabelecido que o CCON coordena as acções de todas as entidades da estrutura auxiliar do Sistema Nacional de Busca e Salvamento Marítimo (SNBSM) e articula-se com o Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (*Maritime Rescue Coordination Center*, MRCC Lisboa), e com o Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Aéreo (RCC Lisboa), sem prejuízo do disposto nos Decretos-Lei n.º 15/94, de 22 de Janeiro (Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo), n.º 44/2002, de 2 de Março (Lei Orgânica da Autoridade Marítima Nacional) e n.º 253/95, de 30 de Setembro, Sistema Nacional de Busca e Salvamento Aéreo (SNBSA).

¹⁸ Art.º 3.º n.º 2 Idem.

¹⁹ Art.º 32.º e 33.º Idem.



Já os Centros de Coordenação Operacional Distritais (CCOD) garantem a presença de todos os meios necessários e asseguram, ao nível do distrito, que todas as entidades e instituições imprescindíveis às operações de protecção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulem entre si.

Os CCOD englobam as mesmas entidades que o CCON, excepto o representante do Instituto de Meteorologia. Os CCOD são coordenados pelos comandantes operacionais distritais da ANPC e garantem uma avaliação distrital e inter-distrital em articulação com as entidades políticas e administrativas de âmbito municipal.

Podemos assim afirmar que o SIOPS tem duas dimensões: por um lado, coordenação institucional (realizada pelos centros de coordenação operacional (CCO) de nível nacional e distrital) e, por outro, comando operacional (assegurado a nível nacional pelo Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS), a nível distrital pelos Comandos Distritais de Operações e Socorro (CDOS) e por um comando único municipal²⁰, no âmbito dos municípios).

Este sistema constitui-se como um instrumento global e centralizado de coordenação e comando de operações de socorro cuja execução compete a entidades diversas e não organicamente integradas na ANPC, mas que dependem, para efeitos operacionais, do SIOPS. Pelo vasto leque de forças empenhadas no SIOPS estabeleceu-se o princípio de comando único, quer a nível de coordenação institucional, quer a nível do comando operacional.

A outra inovação do SIOPS foi a materialização de um sistema de gestão de operações, que consiste numa forma de organização operacional que se desenvolve modularmente de acordo com a importância e o tipo de ocorrência. Foi estabelecido que o comandante/chefe da força de qualquer Instituição/Organização, que chegue primeiro ao local da ocorrência, assume o comando da operação e garante a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo da operação. Este sistema configura-se nos seguintes níveis: estratégico (assegura a gestão da operação), tático (dirige as actividades operacionais, de acordo com os objectivos da estratégia) e de manobra (determinam-se tarefas específicas).

O SIOPS tem a seguinte direcção política: Assembleia da República, Primeiro-Ministro e Governo, Governos Regionais, Governadores Civis e Presidentes de Câmara.

²⁰ Os Comandantes Operacionais articulam-se com os Comandantes Operacionais Distritais, excepto em Lisboa e no Porto.



b. Dispositivo Integrado das Operações de Protecção e Socorro (DIOPS)

O (DIOPS)²¹, aplica-se a todo o território continental e a todas as organizações e entidades que concorrem e cooperam para a protecção e socorro, servindo de referência ao planeamento, geral, especial e sectorial, da gestão de todas as situações de emergência, nos seus vários escalões, e das entidades intervenientes. Excepcionam-se os eventos sísmicos nas áreas metropolitanas de Lisboa e concelhos limítrofes e do Algarve, os incêndios florestais, os acidentes envolvendo substâncias biológicas ou químicas e matérias perigosas e os acidentes com aeronaves, que são objecto de directivas operacionais autónomas e incluem a definição de dispositivos operacionais de protecção e socorro especializados, complementares do dispositivo integrado estabelecido na presente directiva. Compreende as seguintes estruturas de comando operacional:

A nível nacional: - O Comando Nacional de Operações de Socorro;

A nível distrital: - Os Comandos Distritais de Operações de Socorro;

A nível municipal: - Os Comandantes Operacionais Municipais;

A nível da área de actuação do corpo de bombeiros: - Os Comandantes dos Corpos de Bombeiros;

A nível do teatro de operações: - Os Comandantes de Operações de Socorro.

Compreende ainda as seguintes forças de empenhamento permanente na execução das missões de protecção e socorro:

(1) Corpos de Bombeiros (CB)

Os CB são unidades operacionais de protecção e socorro, de carácter permanente e com área de actuação própria atribuída, oficialmente homologadas e tecnicamente organizadas, preparadas e equipadas para o exercício das missões operacionais atribuídas.

(2) Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS)

O GIPS é uma unidade operacional da Guarda Nacional Republicana (GNR), especializada nas missões de protecção e socorro, com alocação de unidades e meios de intervenção no reforço especializado à 1.^a intervenção nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Faro, Leiria, Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

(3) Força Especial de Bombeiros (FEB)

A FEB é uma unidade operacional de protecção e socorro da ANPC, com a alocação de Grupos e meios de intervenção no reforço especializado à 1.^a intervenção nos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Guarda, Portalegre, Santarém e Setúbal.

²¹ Directiva Operacional Nacional n.º 1/2010 de 12 de Fevereiro da ANPC.



(4) Equipas de Intervenção Permanentes (EIP)

As EIP são unidades profissionais dos Corpos de Bombeiros, de intervenção na área do município nas diversas missões de protecção e socorro. Existem, a esta data, 28 EIP, em funcionamento nos municípios de maior risco, sendo objectivo atingir a cobertura nacional de 200 EIP.

c. Sistemas Locais

Com a construção de estruturas de resposta de âmbito local, através da consolidação das estruturas de protecção civil de âmbito municipal e com a construção de um sistema de resposta rápida em emergências, melhorou-se a estrutura como um todo. Este era um dos objectivos anunciados nas Grandes Opções do Plano de 2007.²² De facto, as autarquias locais sempre desenvolveram e consolidaram políticas de protecção civil dirigidas ao socorro e protecção de pessoas e bens, que passavam, a título de exemplo, pela manutenção de corpos de bombeiros sapadores, municipais ou voluntários.

Os problemas complexos da vida em sociedade e os grandes incêndios florestais que se verificaram em 2003 e 2005 obrigaram os municípios a dar resposta directa a estes acontecimentos. Estes factos aumentaram a sensibilidade dos municípios para além dos incêndios florestais ou urbanos. Ao nível do planeamento territorial foram implantados, nos respectivos municípios, gabinetes técnicos e consolidaram-se planos de defesa da floresta.

Com a Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro definiu-se a estrutura dos serviços municipais de protecção civil e suas competências e estabeleceu-se que os presidentes dos municípios são as autoridades municipais de protecção civil. Por outro lado, com a aprovação da Lei todas as câmaras municipais passaram a ter comissões municipais que congregam os representantes de todas as estruturas públicas e privadas necessárias à intervenção em acidentes graves e catástrofes. Encontra-se igualmente previsto no n.º1 do art.º 23.º desta lei, a formação dos funcionários dos Serviços Municipais de Protecção Civil em diversas entidades autorizadas a ministrar a formação, nomeadamente o Centro de Estudos e Formação Autárquica, a Escola Nacional de Bombeiros e outras entidades reconhecidas pela tutela.

Com as comissões de protecção civil de âmbito nacional, distrital e municipal e com a consolidação do SIOPS, onde se estipulou comandos operacionais desde o nível

²² Consultar <http://www.mai.gov.pt/> - Grandes Opções do Plano 2007.



nacional, passando pelo distrital e municipal melhorou-se o processo de tomada de decisão e garantiu-se a interoperabilidade necessária entre os agentes políticos e operacionais.

d. Regiões Autónomas

(1) Açores

A Região Autónoma dos Açores, caracterizada pela descontinuidade geográfica aliada a uma fenomenologia característica, corresponde a uma conjuntura muito própria em matéria de intervenção em acções de protecção civil, obrigando muitas vezes ao apoio concertado entre meios próprios dos três Ramos, numa correcta lógica conjunta.

Em Setembro de 2007, o COA iniciou um trabalho profundo de estudo de situação sobre as nove ilhas do Arquipélago, cuja finalidade foi dotar o seu Estado-Maior com uma base de dados suficientemente detalhada sobre todos os pontos e áreas sensíveis com interesse militar e permitir um conhecimento real do terreno, por forma a poder preparar, e prever, as situações onde melhor possa apoiar as populações e a protecção civil.

Para além dos objectivos inicialmente traçados, este trabalho permitiu desenvolver um conjunto de mecanismos que possibilitaram a integração da informação recolhida num Sistema de Informação Geográfica. Foram ainda estabelecidos contactos com entidades e organismos locais, tendo o vasto conjunto de informação recolhida permitido elaborar diversos Planos de Emergência municipais: Vila do Porto, Ribeira Grande, Lagoa, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

O COA, fruto de experiências decorrentes de situações reais, lições aprendidas em exercícios e de contactos com responsáveis do Centro Regional de Operações de Socorro/Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA) e com vista a adaptar para a Região Autónoma os procedimentos definidos na directiva nº06/EMGFA/10 de 18 de Janeiro, elaborou uma directiva,²³ para melhor articular os meios em operações de apoio à protecção civil em caso de acidente grave ou catástrofe, que possam vir a ocorrer na Região e nas quais se prevê a colaboração das FFAA, procedendo à suspensão do Plano de Contingência FÉNIX XXI datado do ano transacto.

O COA utiliza meios humanos e materiais dos Regimentos de Guarnição n.º 1 (Angra do Heroísmo) e n.º 2 (Ponta Delgada), que permitem assegurar equipas de busca, salvamento e remoção de escombros, para lá do apoio logístico (alojamento, alimentação e tratamento sanitário) disponibilizado pelos Comandos de Zona Marítima, Aérea e Militar.

²³ Directiva Operacional n.º 06/2010 de 22 de Fevereiro do COA



(2) Madeira

A Madeira dispõe de um Centro Regional de Operações de Socorro, serviço esse com funções de coordenação e comando operacional das operações de socorro realizadas pelos corpos de bombeiros e agentes de protecção civil, bem como o de acompanhar toda a actividade operacional do SRPCBM no domínio do socorro e protecção civil. É chefiado pelo Inspector Regional Adjunto de Bombeiros.

Uma Direcção de Serviços de Prevenção e Protecção, serviço ao qual compete a elaboração e fiscalização das medidas de prevenção e segurança e que compreende: Divisão de Planeamento de Emergência e Credenciação e a Divisão de Análise de Riscos Tecnológicos.

O dispositivo de socorro na Região Autónoma da Madeira assenta numa estrutura constituída por sete Corporações de Bombeiros Voluntários e três Corporações Municipais. Complementarmente e no âmbito do socorro e emergência pré-hospitalar, a Região conta ainda com o apoio da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa na Madeira.

Ainda nesta área de intervenção e vocacionado para o suporte avançado de vida (SAV) o dispositivo de socorro da Região conta com a intervenção do Serviço de Emergência Médica Regional (SEMER). Na área do socorro a náufragos e buscas subaquáticas, missões regulamentarmente atribuídas aos Corpos de Bombeiros, a Região conta também com a colaboração de uma organização de base associativa, de cariz voluntário, que assegura a operacionalidade de um Corpo de Salvadores Náuticos (SANAS). Está em fase de elaboração e aprovação final, o “*Plano Auxílio*” de âmbito regional no qual se encontram definidas as formas de apoio e participação das FFAA na colaboração com a Protecção Civil.

e. Relações Internacionais

A Protecção Civil é hoje uma preocupação presente, com lugar de destaque, nas principais agendas internacionais.

As catástrofes não conhecem fronteiras, pelo que a cooperação internacional em matéria de Protecção Civil se assume como uma via cada vez mais fundamental para a melhoria da eficácia, quer ao nível da prevenção, quer das acções de resposta.

No quadro dos compromissos internacionais e das normas aplicáveis do direito internacional, a actividade de protecção civil pode ser exercida fora do território nacional,



em cooperação com Estados estrangeiros ou organizações internacionais de que Portugal seja parte.²⁴

Com o Tratado de Lisboa é atribuída à União competência para desenvolver acções destinadas a aprovar, coordenar e completar a acção dos Estados-Membros em alguns domínios, entre os quais a protecção civil. A cláusula de Solidariedade prevê a assistência mútua no caso de um Estado-membro ser alvo de um ataque terrorista ou vítima de uma catástrofe natural ou de origem humana. O princípio da solidariedade, subjacente às acções em matéria de protecção civil desenvolvidas a nível nacional, é agora projectado a uma dimensão europeia, responsabilizando a Europa no domínio da gestão de emergências.

A cooperação internacional em matéria de protecção civil desenvolve-se em duas grandes áreas: através da Cooperação Bilateral e através da Cooperação Multilateral.

(1) Cooperação Bilateral

No que respeita à Protecção Civil, Portugal tem acordos de cooperação assinados com os seguintes países:

- Espanha (1992 e 2003)
- França (1995)
- Rússia (1999)
- Marrocos (1994)
- Cabo Verde (1998)

Para além dos países com quem os quais Portugal possui acordos efectivamente assinados, o país relaciona-se também numa base bilateral com outros países, sendo de salientar os restantes Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Regra geral, os acordos de cooperação bilateral visam regulamentar vários aspectos relacionados com o desenvolvimento conjunto de actividades de Protecção Civil, nomeadamente no que respeita às seguintes áreas:

- Intercâmbio de formação;
- Intercâmbio de peritos;
- Realização de encontros e troca de informações de natureza técnico-científica;

²⁴ Art.º 2.º da Lei de Bases da Protecção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho).



- Procedimentos para a solicitação e prestação de assistência mútua em situação de emergência, como sejam, questões financeiras, passagem de fronteiras, comunicações e pontos de contacto.

Um dos aspectos fundamentais e comuns praticamente a todos os protocolos actualmente em vigor na área da Protecção Civil é a criação de Comissões Mistas. As Comissões Mistas são órgãos não permanentes, compostos por representantes de ambas as autoridades responsáveis pela Protecção Civil em ambos os países signatários do protocolo, que reúnem, regra geral e em condições normais, uma vez por ano e constituem-se como um fórum fundamental para o desenvolvimento dos procedimentos previstos nos protocolos, para a elaboração de balanços sobre as actividades desenvolvidas e ainda para a análise e aprovação de actividades a desenvolver no futuro.

(2) Cooperação Multilateral

A Cooperação Multilateral caracteriza-se por um relacionamento entre diversos países, normalmente enquadrado numa determinada organização. Estas podem ser de natureza regional, como é o caso da União Europeia (UE) ou da Associação Ibero-Americana de Organismos Governamentais de Defesa e Protecção Civil (AIAOGDPC), ou de carácter verdadeiramente internacional, como seja a Organização das Nações Unidas.

Com a globalização das temáticas relacionadas com a Protecção Civil, é cada vez maior o número de organizações que se ocupam deste tema. À data, Portugal participa nos trabalhos das seguintes organizações regionais/internacionais:

- União Europeia (UE)
- Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN)
- Organização das Nações Unidas (ONU) / Estratégia Internacional para a Redução de Catástrofes (ISDR)
- Acordo Parcial Aberto sobre Riscos Maiores do Conselho da Europa (EUR-OPA)
- Associação Ibero-Americana de Organismos Governamentais de Defesa e Protecção Civil (AIAOGDPC)
- Organização Internacional de Protecção Civil (OIPC)

O principal objectivo da participação nos trabalhos desenvolvidos no seio destas organizações, para além do cumprimento dos compromissos externos assumidos a nível político e que reflectem as linhas da política externa nacional, é, em traços gerais, o de complementar os esforços desenvolvidos nacionalmente, procurando explorar as mais-valias que as mesmas podem proporcionar em várias áreas, como sejam, a formação de



peritos em determinadas áreas de especialização, a troca de experiências e de informações em determinadas áreas do conhecimento e, em última instância, a prestação de apoio internacional em situação de emergência.

5. Estrutura Logística da Protecção Civil

A Protecção Civil para apoio logístico e apoio directo às suas operações dispõe da seguinte estrutura:²⁵

a. Bases de Apoio Logístico

As Bases de Apoio Logístico são unidades logísticas constituídas à ordem da ANPC, para apoio directo ao desenvolvimento e sustentação das operações de protecção e socorro. Podem ser activadas até 22 Bases de Apoio Logístico (BAL) principais e secundárias.²⁶

Podem ainda ser activadas bases temporárias de cariz Distrital, para pré-posicionamento temporário de meios de reforço intra-distritais, decorrente da análise, da avaliação da situação diária e da previsão do perigo de incêndio.

Dispõem de um Módulo Logístico composto por uma unidade logística localizada na BAL de Santa Comba Dão e uma unidade móvel de frio, localizada no CB de Belas, mobilizados através do CNOS.

Na eventualidade de necessidade de intervenção, são preposicionados nas BAL, Grupos de Reforço para Incêndios Florestais (GRIF), Companhias de Reforço de Incêndios Florestais (CRIF) e Brigadas de Bombeiros Sapadores Florestais (BBSF).

A capacidade de apoio logístico aos meios humanos e materiais que se encontram em operações é muito reduzida, ou praticamente nula.

b. Centros de Meios Aéreos

Os Centros de Meios Aéreos (CMA) são infra-estruturas aeronáuticas de apoio e suporte às operações de protecção e socorro desenvolvidas pelos meios aéreos afectos ao DIOPS. Os CMA de Loulé e Santa Comba Dão são unidades de apoio e suporte às operações dos helicópteros de serviço permanente ao DIOPS. Em situação de reforço ou de alteração do dispositivo, podem ser activados de imediato, os CMA de Baltar e Ponte de Sôr. A Empresa de Meios Aéreos (EMA) assegura a disponibilidade e a gestão logística e administrativa do dispositivo permanente de meios aéreos próprios, tendo em vista responder às necessidades que forem solicitadas pelo CNOS;

²⁵ Directiva Operacional Nacional n.º 2/2010 de 10 de Fevereiro, da ANPC.

²⁶ Idem.



c. Unidade de Reserva Logística da ANPC

A ANPC dispõe ainda de uma Unidade de Reserva Logística, sediada em Sintra, na Base Aérea n.º1 (BA1), constituída com meios mínimos de reserva operacional para acidente grave e catástrofe. Os meios desta unidade são activados à ordem do Presidente da ANPC.

O Dispositivo Integrado de Operações Protecção e Socorro (DIOPS) compreende ainda outras forças e meios para apoio logístico, nomeadamente:

- Grupo Logístico de Reforço (GLOR);²⁷
- Equipa Logística de Apoio ao Combate (ELAC);²⁸

O CNOS constituirá Equipas Móveis de Apoio ao Combate (EMAC) por áreas funcionais Comando, Logística, Comunicações, Sanitário, para reforço e actuação quando necessário, no âmbito das operações em curso.

As atribuições das forças e meios de empenhamento permanente, dos meios de apoio logístico são as constantes na Directiva Operacional Nacional (DON) 01/2010 da ANPC. Neste âmbito, deverão ainda ser elaborados planos operacionais logísticos (POL) para cumprimento do estipulado na referida directiva, pelos Comandantes Operacionais Distritais em articulação com os Comandantes Operacionais Municipais.

6. Apoio das FFAA

As FFAA colaboram em missões de protecção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações²⁹.

A colaboração das FFAA será solicitada de acordo com os planos de envolvimento aprovados ou quando a gravidade da situação assim o exija, de acordo com a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, mas sempre enquadrada pelos respectivos Comandos Militares e legislação específica; Compete ao Presidente da ANPC, mediante solicitação do Comandante Operacional Nacional, solicitar ao Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) a participação das FFAA em missões de protecção e socorro;

Compete aos Governadores Cívicos e Presidentes de Câmara Municipais solicitar ao Presidente da ANPC a participação das FFAA em missões de protecção civil nas

²⁷Constituídos por Distrito, agrupando os CB, à ordem do CNOS, 5 Veículos Tanque de Grande Capacidade, 1 Veículo de Comando Operacional Tático e as respectivas Equipas num total de 12 elementos.

²⁸ Equipa constituída por 2 ou 3 elementos e um meio técnico de apoio logístico às operações ou a veículos de ataque.

²⁹ Lei n.º 31-A/2009 de 7 de Julho (Lei da Defesa Nacional) e Lei n.º 1-A/2009 de 7 de Julho (Lei Orgânica de Bases da Organização das FFAA – LOBOFA).



respectivas áreas operacionais, cabendo ao Comandante Operacional Nacional a avaliação do tipo e dimensão da ajuda, bem como a definição de prioridades, com excepção das situações de urgência onde o pedido pode ser efectuado directamente para os Comandos das unidades militares implantadas nas zonas geográficas em causa, carecendo no entanto de posterior informação à ANPC;

A coordenação das acções e dos meios das FFAA, a nível do CNOS, é feita através do Oficial de Ligação das FFAA colocado em regime de permanência nesta estrutura; no cumprimento das missões de intervenção, no âmbito do DIOPS, as FFAA articulam-se a nível nacional, com o CCON/CNOS, a nível distrital, com os CCOD/CDOS respectivos, e no local da ocorrência com o Posto de Comando Operacional (PCO). As FFAA disponibilizam, a pedido do Presidente da ANPC, e sempre que a situação o justifique, um representante/oficial de ligação para integrar cada um dos CCOD.

As FFAA mantêm permanentemente informado o CNOS, através dos oficiais de ligação ou dos pontos de contacto, das monitorizações conduzidas nas respectivas áreas de competência, relativas aos riscos e vulnerabilidades que possam colocar em causa a protecção das pessoas, património e ambiente, bem como sobre a prontidão dos meios de protecção e socorro próprios³⁰.

As FFAA prestam o seu apoio no âmbito da Protecção civil, mediante as seguintes formas:

a. Apoio Programado

É prestado de acordo com o previsto nos programas e planos de emergência previamente elaborados dos quais se destacam os seguintes:

(1) Marinha

Para o caso de ocorrência de algumas situações específicas, a Marinha tem meios envolvidos na implementação de três Planos de intervenção,³¹ TEJO (Apoio em caso de ocorrências de cheias no rio Tejo), CONVENTO (Apoio na defesa florestal contra incêndios na serra da Arrábida) e MAR LIMPO (Plano de emergência para o combate à poluição das águas marinhas, portos, estuários e trechos navegáveis dos rios, por hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas).

(2) Exército

(a) Plano LIRA

³⁰ Directiva Operacional Nacional n.º 1/ANPC/2010 de 10 de Fevereiro

³¹ Directiva CEMA n.º 005/2001, de 4 de Outubro.



No âmbito deste plano, para apoio ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF), o Exército presta colaboração em operações de rescaldo ou de combate indirecto a incêndios e defesa de aglomerados populacionais. Pode ainda cooperar na reabilitação de infra-estruturas danificadas pelos incêndios.

Na vigência do Plano Lira, o Exército tem mobilizados aproximadamente 500 militares, geograficamente dispersos pelas suas unidades, com graus de prontidão em função do nível de alerta estabelecido.

Este Plano é implementado em 5 fases ou níveis de alerta, 1 normal (Verde) e 4 especiais (Azul, Amarelo, Laranja e Vermelho) e que resultam da avaliação por parte da ANPC, do grau de risco e do rácio entre as necessidades e capacidades de resposta distrital e/ou nacional. O nível de prontidão, assim como os meios humanos e materiais a empenhar pelo Exército, encontram-se em anexo ao respectivo Plano.

(b) Plano VULCANO

No âmbito do DECIF, o Exército, apoia a Autoridade Florestal Nacional (AFN), através da realização de acções nos domínios da prevenção, vigilância móvel, rescaldo, detecção e combate em primeira intervenção aos incêndios florestais.

Em 2009, para o plano Vulcano foram (encontraram-se) mobilizados 266 militares distribuídos por 19 equipas, com formação técnica específica para a função, sendo cada equipa constituída por 14 elementos (2x1Sargento e 6 praças) em regime de rotatividade, denominados Sapadores do Exército para a Defesa da Floresta Contra Incêndios (SEDFCI). Estas equipas são empregues por norma no período de 01JUL a 30SET.

(c) Plano ALUVIÃO

No âmbito deste plano, o Exército colabora com as estruturas da protecção civil através de acções de busca e salvamento de pessoas e bens, na manutenção de itinerários essenciais ao apoio às populações a socorrer e na cooperação para reabilitação de infra-estruturas danificadas pelas cheias.

Este plano, de periodicidade não definida, entra em vigor à ordem e prevê o apoio do Exército de uma forma faseada e progressiva, utilizando meios humanos e materiais idênticos aos do plano Lira, da componente operacional e também da componente fixa quando for determinado.

(d) Plano CÉLULA

O Exército, de acordo com este plano, presta apoio em caso de incidentes biológicos e químicos, em território nacional.



b. Apoio não Programado

É prestado de acordo com os recursos mobilizáveis identificados, em função das disponibilidades e prioridades de emprego dos meios militares, competindo ao CEMGFA, ou ao respectivo Comandante Operacional se nas Regiões Autónomas, a determinação das possibilidades de apoio e a coordenação das acções a desenvolver em resposta às solicitações apresentadas. A colaboração das FFAA é concretizada através das acções previstas na legislação aplicável e de outras que, em termos genéricos, podem englobar as seguintes³²:

- Patrulhamento, vigilância e vigilância pós-incêndio florestal;
- Re
forço do pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde, nomeadamente na triagem, cuidados médicos de emergência e na hospitalização e evacuação de feridos e doentes;
- Acções de busca e salvamento;
- Di
sponibilização de equipamentos e de apoio logístico, quer para as operações, quer para a população afectada. Pode incluir fornecimento de alimentação (eventualmente confecção) e distribuição de abastecimentos, nomeadamente medicamentos, água e combustíveis;
- Fornecimento temporário de alojamento, na sua capacidade sobrança, ou com possibilidade de recurso a tendas;
- Trabalho indiferenciado com pessoal não especializado, incluindo rescaldo de incêndios, montagem de acampamentos de emergência e acções de salubridade nas áreas de catástrofe;
- Re
abilitação de infra-estruturas;
- Pr
estação de apoio em comunicações;
- Co
ntribuir na preparação e implementação dos planos de emergência, elaborados aos

³² Directiva Operacional n.º 06/CEMGFA/2010.



diferentes níveis (Nacional, Regional, Distrital e Municipal), nos termos da legislação em vigor;

- Participar na realização de exercícios de simulação e treino, para operações de emergência.

Além das acções de colaboração/apoio gerais enunciadas, cada Ramo, mediante as suas capacidades e disponibilidades, pode desenvolver entre outras as seguintes:

(1) M

Marinha

- Reconhecimento marítimo, fluvial e terrestre;
- Acções de busca e salvamento marítimo (sem prejuízo do disposto nos Decreto-lei nº 15/94, de 22 de Janeiro³³ e Decreto-Lei nº 44/2002, de 02 de Março³⁴);
- Projectação marítima ou fluvial de meios de apoio;
- Evacuação marítima ou fluvial de sinistrados e de populações afectadas;
- Transporte marítimo ou fluvial e terrestre (para apoio a populações afectadas);
- Cooperação em acções especializadas, nomeadamente na ocorrência de acidentes no meio marítimo ou fluvial.

Ainda nesta área de apoio às populações, importa referir a constituição de um Contentor de Ajuda Humanitária (cujo fiel depositário é a Esquadilha de Escolas Oceânicos), destinado à intervenção e apoio em situação de catástrofe. O Contentor contém material de salvamento (incluindo combate a incêndios), assistência pré-hospitalar, suporte técnico (busca e localização de vítimas, equipamento especializado em estruturas e produtor de energia), comunicações e suporte logístico (alimentação e alojamento).

(2) Ex

Exército

- Reconhecimento terrestre nas áreas florestais para a prevenção de incêndios, podendo tomar a forma de patrulhamento, vigilância, prevenção, ataque inicial, rescaldo e vigilância pós-incêndio, de acordo com a legislação específica em vigor;
- Busca e salvamento terrestre;

³³ Cria o Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo.

³⁴ Estabelece, no âmbito do sistema da autoridade marítima, as atribuições, a estrutura e a organização da autoridade marítima nacional e cria a Direcção-Geral da Autoridade Marítima.



- Evacuação terrestre de sinistrados e de populações afectadas;
- Apoio médico-sanitário com o Hospital de Campanha (HCamp);
- Transporte terrestre para apoio a populações afectadas;
- Operações de rescaldo, combate indirecto a incêndios ou de reabilitação de infra-estruturas com equipamentos pesados de engenharia militar;
- Apoio em material e serviços diversos (material de aquartelamento, geradores, depósitos de água, desempanagem/reboque de viaturas);
- Detecção, identificação, monitorização, protecção, descontaminação e gestão de perigos e riscos de agentes Nuclear Biológico e Químico (NBQ).

(3)

Fo

rça Aérea

- Reconhecimento aéreo;
- Busca e salvamento aéreo (sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de Setembro³⁵);
- Evacuação aérea de sinistrados e de populações afectadas;
- Transporte aéreo para apoio a populações afectadas;
- Apoio em material e equipamento diverso, incluindo viaturas e geradores;
- Apoio logístico e em infra-estruturas para operação de meios aéreos nacionais ou estrangeiros;
- Detecção, identificação, monitorização, protecção, descontaminação e gestão de perigos e riscos de agentes NBQ.

c. Dispositivos

(1) Marinha

Para o cumprimento destas tarefas são empregues meios do dispositivo da Marinha com o grau de prontidão das unidades que é anualmente estabelecido no Plano Anual de Utilização das Forças e Unidades Operacionais (PLANOP), para além daquelas que sejam, especificamente, atribuídas a cada acção. A Marinha dispõe, na sua organização, de duas estruturas operacionais especialmente vocacionadas para a busca e salvamento marítimo, o Comando Naval e a DGAM, cujo quadro de actuação se complementa e articula, tirando o melhor partido da sua estrutura organizativa e respectivos meios operacionais³⁶.

³⁵ Cria o Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo.

³⁶ Pelo despacho do ALM CEMA n.º 20/08, de 4 de Junho, foi criado o Centro de Operações da Marinha (COMAR), na dependência do Comandante Naval, cuja finalidade é o comando, controlo e coordenação



O SNBSM funciona no âmbito da Marinha, é responsável pelas acções de busca e salvamento relativas a acidentes ocorridos em navios ou embarcações, e enquadrando-se na salvaguarda da vida humana no mar, inclui também acidentes relacionados com a queda de aeronaves no mar. Engloba o MRCC Lisboa, MRCC Ponta Delgada, *Maritime Rescue Coordination Subcenter* (MRSC) Funchal, Centro de Comunicações, estações e postos radionavais, navios SAR (“*Search and Rescue*”) e meios da FAP, e unidades de salvamento marítimo (incluindo estações e postos salva-vidas)³⁷.

A Marinha mantém, em permanência, seis unidades navais com prontidão de duas horas, no Continente, Madeira e Açores, além de um navio de reserva SAR com prontidão de 12 horas, e dispõe ainda de 29 estações salva-vidas. Disponibiliza ainda a diversas corporações de bombeiros, um total de 37 embarcações semi-rígidas e 94 botes.

Cada Departamento/Capitania actua de acordo com o Plano de Salvamento Marítimo que prepara para responder de forma rápida e eficaz às responsabilidades que lhes estão cometidas no âmbito da busca e salvamento marítimo. No espaço sob jurisdição da Autoridade Marítima, a responsabilidade inerente à protecção civil cabe aos serviços dependentes daquela autoridade, competindo-lhes por isso a coordenação local das acções de protecção civil.

(2) Exército

O Exército não tem no seu dispositivo estruturas específicas vocacionadas, em exclusivo, para intervir em acções de protecção civil. Mas tendo por base um conceito de “duplo uso”, tira proveito das capacidades instaladas para, em caso de situações particulares, prestar colaboração nesse âmbito.

São considerados três níveis específicos de intervenção, correspondendo a diferentes patamares de resposta:

O 1.º nível de intervenção encontra-se centrado no Comando das Forças Terrestres (CFT) e engloba os três Comandos de Brigada – Brigada Mecanizada (Santa Margarida), Brigada de Intervenção (sede em Coimbra) e Brigada de Reacção Rápida (Tancos) – e os Comandos de Zona (Madeira e Açores), e tem como unidades de linha os Regimentos, que

de todas as acções conduzidas no mar, orla costeira e no Domínio Público Marítimo, no âmbito do poder da autoridade marítima do Estado nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, das acções de busca e salvamento e das operações militares navais, e da sua articulação com os demais órgãos do EMGFA, dos Ramos e de outras entidades com competência de actuação nos espaços marítimos. Disponibiliza, em tempo real, toda a informação necessária ao Centro de Situação do ALM CEMA, tendo em vista a tomada de decisão em situações de crise ou conflito.

³⁷ Em 10 de Julho de 2007 foi assinado um Protocolo - Quadro com as bases gerais de cooperação entre Marinha, FAP e ANPC em matéria de busca e salvamento.



respondem através das Unidades e Aquartelamentos.

Directamente dependente do CFT está o comandante do Regimento de Engenharia n.º 1 (Pontinha), onde se concentra a unidade de primeira resposta em acções de protecção civil e que é, igualmente, a responsável em caso de necessidade de activar uma missão de resposta a catástrofes na Madeira ou Açores.

O CFT dispõe ainda de elementos de defesa biológica e química, tendo para tal um Centro de Defesa NBQ e Protecção Ambiental (CDNBQPA) com capacidade de defesa química e radiológica, o qual pode accionar meios de resposta contra contaminação química, ameaça terrorista, ataques com antraz ou outros.

O 2.º nível de intervenção utiliza as Forças especialmente vocacionadas para o efeito, e divididas pelas seguintes áreas funcionais:

- Engenharia Militar: Companhias de Engenharia de Apoio Geral (duas, localizadas respectivamente, em Espinho e na Pontinha) – com capacidade na área de construções verticais/horizontais, reconstruções, remoção de escombros, abertura de caminhos e valas; Companhia de Defesa NBQ (Escola Prática de Engenharia, Tancos) – dotada de capacidade biológica, química e radiológica, e que efectua acções de descontaminação, reconhecimento e monitorização; Companhia de Pontes (Escola Prática de Engenharia, Tancos) – substituição de pontes para a travessia de cursos de água.

- Transportes: Companhia de Transportes (integrada no Regimento de Transportes de Lisboa) – mobiliza o transporte de pessoas, equipamentos e cargas.

- Saúde: Hospital de Campanha (situado no Regimento de Engenharia, Pontinha) – complementa eventuais necessidades do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) ou outras, e é guarnecido, em termos humanos, à custa dos Hospitais Militares. É responsabilidade primária do Hospital Militar Principal.

- Serviços: Companhia de Reabastecimento e Serviços (Escola Prática de Serviços, Póvoa de Varzim) – complementa e preenche lacunas em todas as áreas de socorro, nomeadamente no que respeita ao fornecimento de água potável, lavandaria, banhos, latrinas e mantimentos, como pão.

- Comunicações: Companhia de Transmissões de Apoio (Escola Prática de Transmissões, Porto) – estabelece comunicações de ordem táctica e operacional.

- Defesa biológica: Laboratório de Defesa Biológica (Lisboa) – com capacidade de fazer destacar pessoal para o terreno, a fim de integrarem equipas de reconhecimento. Elemento de Defesa Biológica e Química (ElemDefBQ), com um grau de prontidão de 2 a



72 horas, 365 dias por ano, constituído por um núcleo inicial de resposta com elevada prontidão, e que possui em *standby*, com menor grau de prontidão, um núcleo de capacidades para apoiar as acções deste núcleo inicial. O ElemDefBQ pode recorrer às valências dos seguintes organismos: O CDNBQPA, sediado no CFT, para desenvolver o planeamento, coordenar a acção e controlar as diferentes actividades; meios da Companhia de Defesa NBQR, para actuar no terreno, efectuando reconhecimento, monitorizando, recolhendo amostras e efectuando descontaminação; meios do Hospital de Campanha para prestar apoio médico-sanitário no terreno; meios do Laboratório de Defesa Biológica, para efectuar a análise das amostras recolhidas; meios da Polícia do Exército, para efectuar o controlo das zonas problemáticas; meios de Engenharia, para ajudar a descontaminação, remoção de escombros; meios de Transmissões, para estabelecer comunicações; equipas de Inactivação de Engenhos Explosivos; e outros meios que se vierem a julgar oportunos.

O planeamento de emprego destes meios – cuja coordenação está residente no CFT – é faseado, prevendo-se, numa 1.^a fase, o emprego de meios ligeiros, transportáveis por helicóptero se necessário, essencialmente para realizar o reconhecimento e a recolha de amostras, e para efectuar a descontaminação local do pessoal interveniente.

Numa 2.^a fase, actua o Laboratório de Defesa Biológica, para analisar e determinar a ameaça. Dependente do resultado desta fase, assim se moldará a 3.^a fase, empenhando os meios da Companhia de Defesa Nuclear Biológico Químico e Radiológico (NBQR), Hospital de Campanha, Engenharia, Transmissões, Polícia do Exército ou outros.

O 3.^o nível de intervenção enquadra-se na prevenção de acidentes graves ou catástrofes, e envolve toda a Estrutura Fixa do Exército.

Todas as Unidades têm uma área de responsabilidade atribuída (incluída também nos Planos VULCANO, LIRA e ALUVIÃO). A respectiva implementação, e o seu nível de prontidão, vão sendo accionados à medida que sobem os diferentes níveis de estados de alerta (situações de gravidade) declarados pela protecção civil.

(3) Força Aérea

Para efeitos de missões de interesse público são consideradas as seguintes missões como equivalentes da missão militar:

(a) Transporte de Evacuados (TEVS): Destinam-se ao transporte de doentes entre locais, classificando-se como evacuação primária se a origem for o local do acidente, ou como evacuação secundária se ocorrer entre facilidades hospitalares. Recebem a



designação de MEDEVAC (com acompanhamento médico) ou CASEVAC (sem equipa médica);

(b) Busca e Salvamento (SAR): Destinam-se à recuperação/remoção de pessoas em situação de perigo, estando enquadradas no SNBSA e podendo ocorrer em terra, no mar ou outras superfícies de água;

(c) Transporte Geral (TGER): Destinam-se ao transporte de pessoas ou carga em benefício do interesse público;

(d) Transporte Especial (TESP): Destinam-se ao transporte de pessoas ou carga com características especiais quanto à carga, locais ou tipo de operação, nomeadamente transporte de órgãos e acções de colocação ou remoção de pessoal em situações especiais (protecção civil, bombeiros ou similares);

(e) Missões especiais: Destinam-se a satisfazer necessidades particulares devido à especificidade do meio a utilizar, da característica especial da carga ou dos locais a sobrevoar ou operar, nomeadamente em situações em que os operadores civis não possam satisfazer o pedido;

(f) Observação, Reconhecimento ou Vigilância: Destinam-se à recolha de informação sobre um objectivo ou acontecimento por recurso a meios militares, nomeadamente a vigilância de áreas florestais para prevenção de incêndios e o acompanhamento de derrames. A recolha pode incluir o embarque de pessoal civil e/ou militar adicional.

Incluído ainda no apoio não programado da FAP, regista-se a disponibilização de helicópteros Alouette III com a missão de efectuar a coordenação no ar das operações – embarcando para tal um coordenador aéreo pertencente à ANPC –, em caso da existência de diversos meios aéreos envolvidos no combate a incêndios florestais – mesmo não se encontrando integrados directamente nessas acções.

As Unidades e Bases da FAP são ainda postas à disposição para fornecerem apoio logístico e operacional às aeronaves e outros meios ao serviço da ANPC empenhados no combate a incêndios, nomeadamente no que respeita a alimentação e alojamento das respectivas tripulações.

d. Colaboração nas Regiões Autónomas

Nas Regiões Autónomas, os Ramos das FFAA desenvolvem acções idênticas às mencionadas, em conformidade com a natureza das forças e meios militares disponíveis na respectiva Região, e tendo em conta a legislação regional em vigor.



e. Síntese Analítica

Nos capítulos 4, 5 e 6, analisámos como se desenvolve a coordenação entre as estruturas de apoio, operacional e logística das FFAA e da Protecção Civil, a qual assenta essencialmente no SIOPS, com base no qual, se procura assegurar uma coordenação institucional e operacional, entre os agentes da protecção civil.

Neste âmbito vimos quais as estruturas locais e regionais e a sua organização, para resposta a situações operacionais e apresentámos como se desenvolve a cooperação internacional em matéria de protecção civil em duas grandes áreas, a da cooperação Bilateral e a da cooperação Multilateral

Observámos igualmente de que forma as FFAA prestam apoio quando solicitado pela Protecção Civil, quais os planos existentes e em que áreas protagonizam esse apoio. Identificámos igualmente os dispositivos operacionais e logísticos existentes em cada Ramo, e de que forma se encontra organizada a estrutura logística da Protecção Civil.

Verificámos que se encontram desenvolvidos planos sectoriais para apoio a diversas situações de risco servindo de referência ao planeamento geral, especial e sectorial, da gestão de todas as situações de emergência, nos seus vários escalões, e das entidades intervenientes.

Os planos municipais de emergência são actualizados em conformidade com as orientações da ANPC.

Excepcionam-se os eventos sísmicos nas áreas metropolitanas de Lisboa e concelhos limítrofes e do Algarve, os incêndios florestais, os acidentes envolvendo substâncias biológicas ou químicas e matérias perigosas e os acidentes com aeronaves, que são objecto de directivas operacionais autónomas e incluem a definição de dispositivos operacionais de protecção e socorro especializados.

Considera-se essencial existir uma maior colaboração das FFAA aquando da elaboração destes planos, operacionais e logísticos, quer a nível nacional quer a nível regional, distrital e municipal, através da integração e interligação das estruturas militares (Unidades, Estabelecimentos e Órgãos), com as da protecção civil, com base no planeamento operacional previamente elaborado por formar a evitar duplicação de meios e permitir de uma forma precisa e pragmática o apoio urgente às populações.

Para tal impõe-se para além do já referido, a dinamização de exercícios conjuntos (FFAA e Protecção Civil), não só a nível nacional mas também a nível local e regional, assim como a elaboração de protocolos de formação entre ambas as estruturas. Neste



âmbito encontra-se previsto a curto prazo a assinatura de um acordo de cooperação entre o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) e a ANPC, para formação de elementos da protecção civil, em estudos e técnicas de estado-maior. Por outro lado considera-se igualmente importante a formação dos elementos das FFAA, ao nível quer da Preparação Militar Geral, quer a nível da formação de “quadros” para um melhor conhecimento dos procedimentos relacionados com as operações no âmbito das missões de interesse público, que contribuiria para um melhor desempenho dos militares quando solicitados a colaborar em prol desse tipo de missões, podendo para tal serem utilizadas as estruturas referidas no ponto 4.c. deste Trabalho. Ainda nesta matéria julgamos que face à actualidade deste tema, deverá a nível do Ministério da Educação ser incluído nos seus programas de ensino (do básico ao universitário), tempos escolares de sensibilização para esta realidade.

A adopção das medidas anteriormente referidas permitiriam potenciar as acções de âmbito operacional desenvolvidas pelas FFAA e a Protecção Civil, no desenrolar das suas acções, em caso de intervenção na resposta a acidentes graves ou catástrofes.

Pelo acima exposto, considera-se respondida a QD 3 e confirmada a HIP 3.

Em termos de apoio logístico, constatámos que no âmbito dos apoios programados e não programados, as FFAA, disponibilizam os meios necessários e disponíveis para apoio aos outros agentes de protecção civil, assim como às populações afectadas. Vejamos as duas vertentes:

Através dos meios disponíveis nas Forças Armadas poderiam no nosso entender ser criadas “zonas de apoio geral”, às BAL, compostas por tendas e meios de campanha (postos de socorros, cozinhas rodadas, padarias, latrinas etc.) que permitiriam áreas de repouso e apoio sanitário assim como fornecimento de alimentação e reabastecimento de água, (estas apoiando-se nas estruturas da Manutenção Militar, através das suas sucursais e messes no território continental e delegações nas Regiões Autónomas). Todo este apoio poderia ser complementado paralelamente com as disponibilidades regimentais existentes nas áreas afectadas.

Por outro lado e perante uma catástrofe de médias ou grandes dimensões, torna-se imprescindível que existam planos de conhecimento público os quais deverão ser divulgados e testados, que possibilitem às populações saber quais locais para onde se devem dirigir para procurar o apoio necessário. É igualmente necessário que todos os agentes de protecção civil saibam qual a sua missão e quais as forças e os meios a serem deslocados, para as zonas pré-definidas.



Chamaremos a essas áreas “*Plataformas de Apoio Logístico de Emergência*”, as quais deverão ser localizadas em unidades militares e infra-estruturas como hospitais, recintos desportivos, ou outros grandes espaços considerados adequados à situação. Nestas “*Plataformas*”, deverão estar previstos, a colocação de geradores, tendas, ambulâncias, helicópteros, reservatórios de água, cozinhas rodadas, locais de banhos, apoio sanitário e psicológico, construção de fossas assépticas (nos espaços abertos), etc. E ainda deverão estar previstas nestas áreas, equipas de recepção/triagem/encaminhamento de desalojados, equipas de recepção/triagem/distribuição de donativos, salas de reencontro de famílias, espaços e actividades de lazer para os desalojados, com especial preocupação para as crianças, com acompanhamento de técnicos especializados.

Com a implementação quer de “*Zonas de Apoio Geral*” às forças intervenientes e presentes nas BAL para combate às ocorrências, quer através do planeamento para instalação de “*Plataformas de Apoio Logístico de Emergência*”, o apoio prestado tornar-se-á mais eficiente, resultando em ganhos significativos, quer no combate às emergências, quer em vidas humanas.

Pelo acima exposto, considera-se respondida a QD 4 e confirmada a HIP 4.

7. Conclusões

Através da análise das estruturas e meios existentes quer nas FFAA quer na Protecção Civil e tendo sempre como objectivo contribuir para uma melhor e mais eficaz colaboração entre ambas procurámos neste estudo propor medidas concretas, que permitam potenciar essa relação, rentabilizando os meios disponíveis para o cumprimento das missões intrinsecamente militares, para a realização de missões de interesse público em proveito das populações.

Em primeiro lugar pareceu-nos relevante haver uma revisão do quadro legislativo, perante a existência de catástrofes de média e grande dimensão, onde o papel das FFAA, não seja apenas de “*apoio cívico*”, quando solicitado, mas encarado como fazendo parte da sua missão secundária.

Sugerimos o reforço da presença de oficiais superiores dos três ramos das FFAA no Estado-Maior da ANPC e ainda nas estruturas da Protecção Civil a nível regional e local, assim como a criação de um núcleo ao nível do CSOC/COC do EMGFA, para investigação estudo e análise destes assuntos.



Do nosso ponto de vista, impõe-se igualmente a dinamização de exercícios conjuntos (FFAA e Protecção Civil), não só a nível nacional mas também a nível local e regional, assim como a elaboração de protocolos de formação entre ambas as estruturas.

Finalmente propusemos a implementação quer de “*Zonas de Apoio Geral*” para apoiar as forças intervenientes e presentes nas BAL para combate às ocorrências, quer a instalação de “*Plataformas de Apoio Logístico de Emergência*”, tornando assim o apoio prestado mais eficiente, resultando em ganhos significativos, quer no combate às emergências, quer em vidas humanas.

Pelo acima exposto, considera-se respondida a QC.

BIBLIOGRAFIA

Livros

- ESPÍRITO SANTO, Gabriel Augusto do (1999). *As Forças Armadas em acções de protecção civil*. Um testemunho do presente para o futuro. Lisboa: Forças Armadas Portuguesas, pp. 99-107.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc V., (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª Edição. Lisboa: Gradiva.

Monografias

- COSTA, Fernando, GOMES, Paulo, SANTOS, João (2007). *O Apoio de Serviços a prestar em Missões de Interesse Público*. TIG Curso de Promoção a Oficial Superior Conjunto 2006/2007. Lisboa: IESM.
- COUCEIRO, Diego Franco (2001). *La coordinación Fuerzas Armadas-Fuerzas de Seguridad en la protección civil*. Monografías del CESEDEN. Madrid: Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional, n. ° 45, marzo 2001, pp.125-152
- FERNÁNDEZ, Enrique Vega (2008). *Operaciones Multinacionales de Socorro en Emergencias*. Documentos de Seguridad y Defensa. Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional.
- HENRIQUES, António José de Carvalho Gonçalves (2009). *O Dispositivo e as Capacidades das Forças Armadas na resposta a situações de Crise decorrentes de Catástrofe ou Calamidade Pública*. TII CPOG 2008/2009. Lisboa: IESM.
- LONGO, Honório Iglesias (2001). *La colaboración de las Fuerzas Armadas en la seguridad interior*. Monografías del CESEDEN. Madrid: Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional, n. ° 45, Marzo 2001, pp.99-123.



- SILVA, Joaquim José Estêvão da Silva (2008). *O Emprego das Forças Armadas Portuguesas em Acções de “Segurança Humana”*. TII Curso de Estado-maior Conjunto 2007/2008. Lisboa: IESM.
- SILVÉRIO, Paulo Jorge Alves (2008). *A Nova Ordem e o Empenhamento de Forças no Estado de Excepção. O Caso de Portugal*. Tese de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa, faculdade de Direito.
- VAZ, Nuno Mira (2002). *Civilização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais*. Edições Cosmos. Lisboa: IDN.

Revistas e Artigos

- GAMITO, António Manuel (2002). *A dimensão da Protecção Civil na Política Europeia de Seguranças e Defesa (PESD)*. Planeamento Civil de Emergência. Lisboa: n.º 15, 2002, pp. 12-14.
- LEANDRO, José Eduardo Garcia Leandro (2008). *Terrorismo e Defesa Nacional*. Planeamento civil de Emergência. Lisboa: n.º 20, 2008, pp. 8-12.
- LOPES, José Augusto Amaral (2005). *Gestão de crises*. Diplomacia pura, Geopolítica e Estratégia. Lisboa: n.º 0, Abril/Junho 2005, pp. 36-45.
- MENDES, Carlos (2008). *Protecção Civil na União Europeia: O papel da Presidência Portuguesa na Protecção de Infra-estruturas Críticas*. Planeamento Civil de Emergência. Lisboa: n.º 20, 2008, pp. 14-17.
- PROCIV n.º 20 de Novembro de 2009 – Revista mensal da ANPC – Serviço Regional de Protecção Civil da Região Autónoma da Madeira;
- PROCIV n.º 22 de Janeiro de 2010 – Revista mensal da ANPC – O Tratado de Lisboa e os Cidadãos Europeus, Implicações na Área da Protecção Civil;
- RIBEIRO, Manuel Morais (2005). *Segurança e Sistema Nacional de Protecção Civil*. Planeamento Civil de Emergência. Lisboa: n.º 17, 2005, pp. 42-47.

Painéis

- MIMOSO E CARVALHO, TGEN, Chefe de Estado Maior Conjunto do EMGFA e ARNALDO CRUZ, MGEN, Presidente da Autoridade Nacional da Protecção Civil. Painel realizado no âmbito do CPOG sobre o tema “Responsabilidades e Limites na Actuação das Forças Armadas no apoio à Protecção Civil, em 18 de Novembro de 2009.



Legislação

- Lei Constitucional 1/2005, de 12 de Agosto – Constituição da República Portuguesa (VII Revisão Constitucional);
- Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho – Lei de Bases da Protecção Civil;
- Lei n.º 31-A/2009, de 7 de Julho – Lei de Defesa Nacional;
- Lei n.º 44/86, de 30 de Setembro – Regime de Estado de Sítio e de Emergência;
- Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro – Enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de protecção civil e competências do comandante operacional municipal;
- Decreto-Lei n.º 153/91, de 23 de Abril – Lei Orgânica do CNPCE;
- Lei Orgânica n.º 1-A/2009 de 7 de Julho – Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas;
- Decreto-Lei n.º 234/2009 de 15 de Setembro – Lei Orgânica do EMGFA;
- Decreto-Lei n.º 233/2009 de 15 de Setembro – Lei Orgânica da Marinha;
- Decreto-Lei n.º 231/2009 de 15 de Setembro – Lei Orgânica do Exército;
- Decreto-Lei n.º 232/2009 de 15 de Setembro – Lei Orgânica da Força Aérea;
- Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março - Lei Orgânica da ANPC;
- Decreto-Lei n.º 15/94, de 22 de Janeiro – Sistema Nacional de Busca e Salvamento Marítimo;
- Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de Setembro – Sistema Nacional de Busca e Salvamento Aéreo;
- Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de Março – Organização e atribuições do Sistema da Autoridade Marítima (SAM) e cria a Autoridade Marítima Nacional;
- Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de Março – Lei Orgânica da Autoridade Marítima Nacional;
- Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA 04), definidas em Conselho Superior de Defesa Nacional, em 21 de Outubro de 2004;
- Programa do XVIII Governo Constitucional, 2009-2013;
- Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de Fevereiro – Lei Orgânica do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente e do Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro, da Guarda Nacional Republicana;
- Decreto-Lei n.º 231/2009 de 15 de Setembro – Lei Orgânica do Exército;
- Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho – Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS);



- Decreto Legislativo Regional nº 16/2009/M de 30 de Junho (Regime Jurídico do Sistema Regional de Protecção Civil da RAM);
- Decreto Legislativo Regional nº 17/2009/M de 30 de Junho (Criação do Serviço Regional de Protecção Civil da RAM);
- Decreto Regulamentar Regional nº 24/2003/A de 7 de Agosto (Orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores), com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar Regional nº11/2007/A de 23 de Abril;
- Decreto-Lei 75/2007, de 29 de Março – Lei Orgânica da ANPC;
- Decreto-Lei nº124/2006 de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo decreto-lei nº17/2009 de 14 de Janeiro (Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios);
- Resolução n.º 72/2009 de 16 de Julho do Conselho de Ministros – Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento;
- Resolução n.º22/2009 de 15 de Setembro da ANPC – Plano especial de Emergência para o risco Sísmico da área metropolitana de Lisboa (PEERS-AML);
- Directiva Operacional Nacional nº1/2010 de 10 de Fevereiro (Dispositivo Integrado das Operações de Protecção e Socorro - DIOPS) da ANPC;
- Directiva Operacional Nacional nº2/2010 de 10 de Fevereiro (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais – DECIF) da ANPC;
- Directiva Operacional Nº 006/2010 de 18 de Janeiro do CEMGFA – Participação das Forças Armadas em Acções de Protecção Civil;
- Directiva Operacional Nº 006/2010 de 18 de Janeiro do COA – Participação das Forças Armadas em Acções de Protecção Civil;

Sítios na Internet

ANPC – [referência de 26 de Novembro de 2009]. Disponível na internet em <http://www.prociv.pt>

CNPCE – [referência de 27 de Novembro de 2009]. Disponível na internet em <http://www.cnpce.gov.pt>

EMGFA – [referência de 12 de Dezembro de 2009]. Disponível na internet em <http://www.emgfa.pt>

GOVERNO – [referência de 17 de Dezembro de 2009]. Disponível na internet em <http://www.portugal.gov.pt>

IDN – [referência de 10 de Janeiro de 2010]. Disponível na internet em



<http://www.idn.gov.pt>

INEM – [referência de 11 de Fevereiro de 2010]. Disponível na internet em <http://www.inem.pt>

MDN – [referência de 18 de Março de 2010]. Disponível na internet em <http://www.mdn.gov.pt>

PORTAL DA UE [referência de 12 de Fevereiro de 2010]. Disponível na internet em http://europa.eu/pol/dev/index_pt.htm

EXÉRCITO – [referência de 20 de Março de 2010]. Disponível na internet em <http://www.exercito.pt/portal/exercito/>

MARINHA – [referência de 10 de Março de 2010]. Disponível na internet em <http://www.marinha.pt/>

FORÇA AÉREA – [referência de 8 de Março de 2010]. Disponível na internet em <http://www.emfa.pt/>

SRPCBA [referência de 18 de Novembro de 2009]. Disponível na internet em <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srcte-srpcba/>

SRPCBM [referência de 20 de Março de 2010]. Disponível na internet em <http://www.srpcbm.pt/historia.html>

Entrevistas

- Tenente-General António Carlos de Sá Campos Gil (Outubro de 2009)
- Major-General Arnaldo Ribeiro Cruz (Janeiro de 2010)
- Major-General João Gabriel Bargão dos Santos (Outubro de 2009)
- Major-General Miguel Rosas Leitão (Março de 2010)
- Major-General António Manuel Cameira Martins (Março de 2010)
- CMG António José de Carvalho Gonçalves Henriques (Outubro de 2009)
- Coronel António Augusto Baptista Antunes (Outubro de 2009/Março de 2010)
- Coronel José Carlos Abreu Bastos (Outubro de 2009)
- Coronel Luís Manuel Guerra Nery (Março de 2010)
- Coronel Carlos da Silva Pereira (Outubro de 2009)
- Tenente-Coronel Ramiro José Ouro Terenas Valente (Outubro de 2009)
- Major Paulo Jorge Alves Silvério (Fevereiro de 2010)



APÊNDICE I

GLOSSÁRIO DE CONCEITOS

ACIDENTE GRAVE – Acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, susceptível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente (LBPC, 2006: 3.º).

AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL – Corpos de Bombeiros, Sapadores Florestais, Forças de Segurança, FFAA, Autoridades Marítima e Aeronáutica, INEM e outros serviços de saúde. Têm também dever especial de cooperação, Associações humanitárias de bombeiros voluntários, Serviços de segurança, Instituto Nacional de Medicina Legal, Instituições de segurança social, Instituições com fins de socorro e solidariedade, Organismos responsáveis pelas florestas, conservação da natureza, indústria e energia, transportes, comunicações, recursos hídricos e ambiente, Serviços de segurança e socorro privativos das empresas públicas e privadas, dos portos e aeroportos. Os agentes e as entidades acima referidos, em situação de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe, articulam-se operacionalmente nos termos do SIOPS sem prejuízo das suas estruturas próprias de direcção, comando e chefia. (LBPC, 2006: 46.º)

ALERTA, DECLARAÇÃO DE – Declaração feita quando, face à ocorrência ou iminência de ocorrência de um acidente grave e/ou catástrofe, é reconhecida a necessidade de adoptar medidas preventivas e/ou medidas especiais de reacção. O acto de declarar a situação de alerta corresponde ao reconhecimento da adopção de medidas adequadas e proporcionais à necessidade de enfrentar o grau mais baixo de perigo, actual ou potencial, inserido uma cadeia com grau crescente de perigo (LBPC, 2006: 13.º, 14.º).

CALAMIDADE, DECLARAÇÃO DE – Declaração feita face à ocorrência ou iminência de ocorrência de um acidente grave e/ou catástrofe, e à sua previsível intensidade, e em resultado do reconhecimento da necessidade de adoptar medidas de carácter excepcional destinadas a prevenir, reagir ou repor a normalidade das condições de vida nas áreas atingidas pelos seus efeitos. O acto de declarar a situação de calamidade corresponde ao reconhecimento da adopção de medidas adequadas e proporcionais à necessidade de enfrentar o grau mais elevado de perigo, actual ou potencial (LBPC, 2006: 19.º, 21.º).

CASOS DE MANIFESTA URGÊNCIA - Aqueles em que a gravidade e dimensão do acidente grave ou catástrofe e a necessidade de actuação imediata não são compatíveis com



o normal encaminhamento do pedido através da cadeia de comando prevista nos n.º 1 e 2 do art.º 53º da Lei n.º 27/2006.

CATÁSTROFE – Acidente grave ou série de acidentes graves susceptíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e eventualmente vítimas, afectando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em determinadas áreas ou na totalidade do território nacional. (LBPC, 2006: 3.º)

CONTINGÊNCIA, DECLARAÇÃO DE – Declaração feita quando, face à ocorrência ou iminência de ocorrência de um acidente grave ou catástrofe, é reconhecida a necessidade de adoptar medidas preventivas/especiais de reacção não mobilizáveis no âmbito municipal. O acto de declarar a situação de contingência corresponde ao reconhecimento da adopção de medidas adequadas e proporcionais à necessidade de enfrentar um grau de perigo, actual ou potencial, mais gravoso que a situação de alerta, mas menos gravoso que a situação de calamidade (LBPC, 2006: 16.º, 17.º).

PLANEAMENTO CIVIL DE EMERGÊNCIA – Actividade pública e privada que se destina à organização e preparação civil dos sectores estratégicos da Nação, para fazer face a situações de crise ou de guerra de âmbito nacional e internacional. (www.cnpce.gov.pt).



APÊNDICE II

MADEIRA

OPERAÇÃO FEVEREIRO 2010

1. Situação

- Durante a noite de 19 / 20 de Fevereiro de 2010, chuva intensa causou inundações e deslizamentos de terra.
- As zonas, particularmente as mais altas do Funchal foram severamente danificadas.
- Vários deslizamentos de terra e lama danificaram a vegetação e infra-estruturas. Além disso, muitas estradas foram destruídas ou bloqueadas.
- Pelo menos, 42 pessoas morreram e 120 ficaram feridas.

2. Colaboração das Forças Armadas

- a. Solicitação**, efectuada pelo Governo Regional, ao Comandante Operacional da Madeira;
- b. Autorização** do empenhamento das Forças Armadas, informação ao General CEMGFA e seu sancionamento;
- c. Empenhamento** de meios militares, em acções de Protecção Civil, activação do Centro de Situação de Operações/COM, apresentação do Oficial de Ligação.

3. Plano de Operações “AUXÍLIO”

O presente Plano estabelece as formas de colaboração da Zona Militar da Madeira (ZMM) no âmbito da Protecção Civil, define as áreas de apoio e as principais tarefas e procedimentos a adoptar pelas U/O da ZMM, ao nível do planeamento e coordenação, treino e aprontamento, execução e controlo de acções de protecção civil.

Aplicando o conceito de emprego dual dos meios, prevê o apoio da Zona Militar da Madeira de forma faseada, progressiva e descentralizada.

Atribui ao Comandante do Regimento de Guarnição N.º 3, o Comando Operacional dos elementos e meios da ZMM (capacidades), empenhados neste tipo de missões, salvo se for determinado de outra forma, o qual planeia, coordena e assegura a instrução



individual e colectiva, organizando os elementos e meios a empregar em capacidades articuladas em equipas.

A referida organização por equipas e capacidades encontra-se discriminada no anexo A deste Plano, onde se verifica a existência de um elevado grau de organização, que define as capacidades, os meios e as competências de cada grupo de apoio e respectivas equipas.

Anualmente são executados dois exercícios de âmbito regional, um dos quais destinado a treinar em colaboração com outros agentes da protecção civil, a articulação de meios e procedimentos em situações de catástrofes naturais e a implícita necessidade de apoio às populações.

A implementação deste Plano viria a ser posta em prática no dia 20 de Fevereiro de 2010.

4. Acções Desenvolvidas

a. Operações Terrestres

- Distribuição de Água Potável;
- Alojamento Temporário;
- Fornecimento e distribuição de alimentação;
- Transporte de Pessoal;
- Transporte Gerais;
- Buscas Terrestres;
- Apoio Sanitário;
- Fornecimento e distribuição de energia (eléctrica, combustíveis);
- Remoção e Limpeza de Escombros;
- Reconhecimento de Engenharia;
- Montagem de Ponte;



INDICADORES DE ACTIVIDADE

DADOS	VALORES	
DISTANCIA (Km)	19.865	995 Km/dia
TEMPO (Horas)	1.904	95 h /dia

Fonte: CSOC/COC/EMGFA

REG GUARNIÇÃO Nº 3

	ALIMENTAÇÃO		ALOJAMENTO
	1ª	2ª/3ª	
DESALOJADOS	2300	4634	2125
OUTROS	572	2994	439
TOTAIS	2872	7628	2564

Fonte: CSOC/COC/EMGFA

SER SAÚDE / REG GUARNIÇÃO Nº 3

	Militares	Civis
Médicos	2	8
Psicólogos		7
Enfermeiros	4	14
Socorristas	9	
Voluntários		19
TOTAIS	15	48

Fonte: CSOC/COC/EMGFA



Fonte: CSOC/COC/EMGFA

APOIO/COLABORAÇÃO	EQUIPAS	MILITARES	VIATURAS
TPT PESSOAL	94	204	95
TPT GERAL	157	605	161
TPT ÁGUA	19	39	19
ENERGIA /ILUMINAÇÃO	15	54	15
BUSCA E SALVAMENTO	9	74	9
REMOÇÃO DE ESCOMBROS	59	500	60
RECONHECIMENTO	10	21	10
RECUPERAÇÃO DE VIATURAS	4	11	4
EVACUAÇÃO SANITÁRIA	5	9	5
OF LIGAÇÃO	23	56	24
TRANSPORTE COMBUSTIVEL	15	33	16
TOTAIS	410	1606	418

Fonte: CSOC/COC/EMGFA

	Serviços
Desalojados	1178
Militares	241
Voluntários	16
	1435

Fonte: CSOC/COC/EMGFA



b. Operações Aéreas

- Reconhecimento Aéreo;
- Evacuação Aérea;
- Busca e salvamento;
- Transporte Aéreo.

Operações Aéreas

Meio	Quantidade	Missão	Tempo (H:M)
C-130	6	TP LOG	30:40
EH-101	4	SAR/REC/E VACUAÇ	08:35
TOTAIS	10	-	39:15

Fonte: CSOC/COC/EMGFA

c. Apoio Naval

- Em 22 de Fevereiro chegou à cidade do Funchal a fragata “Côrte-real”, com uma guarnição composta por 183 militares reforçada com 40 fuzileiros e 7 mergulhadores. Embarcou, também, o seu helicóptero orgânico.
- Com o objectivo de salvar vidas, apoiar as populações sinistradas e prestar auxílio na recuperação de infra-estruturas básicas, o navio contou com 120 militares da guarnição treinados e preparados para apoio a populações sinistradas, capacidade em fornecer assistência médica e emprego especializado das equipas de Fuzileiros e de Mergulhadores. Contou, também, com a utilização do seu helicóptero para reconhecimento, evacuação aérea e transporte logístico.

5. Conclusões

- a. A participação das Forças Armadas e a excelente ligação, conhecimento mútuo, e colaboração com o Serviço Regional de Protecção Civil foi determinante para a resolução da situação causada pela referida catástrofe, facto amplamente reconhecido quer pelos *media*, quer pelas entidades civis, continentais e regionais assim como pela população madeirense.



- b.** Todas as missões e tarefas desenvolvidas pelas Forças Armadas, no âmbito desta operação de apoio ao SRPC foram coordenadas ao nível operacional pelo Comando Operacional da Madeira e a situação acompanhada pelo Comando Operacional Conjunto no Continente.
- c.** No entanto, durante a operação, identificaram-se alguns aspectos, cuja análise pelo “*sistema de lições aprendidas*” deverá produzir alterações ao Plano “Auxílio”, de acordo com a visão do Comandante Operacional da Madeira. Referir-se-ão seguidamente apenas algumas observações consideradas mais relevantes:
- A capacidade disponibilizada de alojamento e alimentação (Centro de Desalojados?) exige:
 - a existência de uma estrutura ao nível do Regimento, em estreita coordenação com as entidades civis (segurança social, Cáritas e Instituto da Habitação), com:
 - equipas de receção/triagem/encaminhamento de desalojados;
 - equipas de receção/triagem/distribuição de donativos;
 - sala de reencontro de famílias;
 - o fornecimento de alimentação quente em H 24, pelo menos no primeiro dia;
 - Necessidade da criação de espaços e actividades de lazer para os desalojados, com especial preocupação para as crianças, com acompanhamento de técnicos especializados.
 - Identificada a necessidade de disponibilizar capacidade de receção e armazenamento temporário de donativos (especialmente roupa e alimentos). Levantamento das disponibilidades na ZMM. Eventual apoio da Delegação da MM.
 - Necessidade de estudar e estabelecer para cada capacidade/equipa disponibilizada, as condições/limitações de emprego. Por exemplo as equipas de evacuação sanitária, da Policia do Exército, de busca e salvamento, etc.)
 - Necessidade de relevar as actividades de informação pública (existência de um plano, para orientar/coordenar as actividades da comunicação social e informação interna.



APÊNDICE III

COLABORAÇÃO DA ZMA COM O SRBPC EM ACÇÕES DE PROTECÇÃO CIVIL

- CONTRIBUTOS PARA UMA REFLEXÃO CONCEPTUAL -

1. Introdução

Com base na experiência acumulada em anteriores colaborações entre as FFAA com os serviços de Protecção Civil, o Comandante da Zona Militar dos Açores elaborou um documento, do qual, por considerarmos de grande importância para complementar o Trabalho de Investigação Individual, faremos neste apêndice uma síntese, com vista à apresentação de contributos que possam ajudar a definir o conceito da ZMA relativamente à sua colaboração com a Protecção Civil Regional.

2. Lições Aprendidas

- Das intervenções no passado recente e menos recente, verificadas na Região Autónoma dos Açores e a verificada na catástrofe da Madeira de 20 de Fevereiro passado, aprendemos que o pedido de colaboração das FFAA surge de imediato durante a primeira fase das operações de socorro, principalmente se a catástrofe tiver ocorrido em horas mortas, durante as quais é difícil accionar os meios da protecção civil.
- O conceito corrente de que as FFAA têm uma actuação supletiva, após esgotados os meios da própria protecção civil, enferma do pressuposto errado de que os meios civis são suficientes para as primeiras 24 ou 48 horas de socorro. De facto, quando acontece uma catástrofe natural não sazonal (chuva intensa com deslizamentos de terras e enxurradas ou sismo) os danos sofridos pela população estendem-se geograficamente por áreas fora da chamada área de catástrofe e que consomem muitos dos recursos de socorro dos bombeiros e da protecção civil.
- Tem-se verificado (e continua a verificar-se) que a legislação que organiza e estrutura os serviços de protecção civil, nomeadamente nos Açores, além de incompleta, levanta por vezes dúvidas quanto às competências e responsabilidades de coordenação das operações de socorro. Nestas situações a treinada e hierarquizada estrutura militar dá garantias de resposta pronta e organizada.



3. Articulação da ZMA para tarefas de protecção civil

- A ZMA, em resultado das lições aprendidas e na tentativa de aumentar a qualidade da sua colaboração com a protecção civil, tem vindo a implementar uma estratégia de dupla valência, em que os militares da componente operacional e da estrutura base se organizam em equipas especializadas.
- O racional que está na origem da organização do pessoal em equipas especializadas assenta na estrutura de Grupos Operacionais previstos na proposta de Plano Regional de Emergência, ainda não aprovada.
- Esta dupla valência das forças da ZMA é conseguida à custa da utilização dos equipamentos individuais e orgânicos das unidades, nomeadamente os de transporte, comunicações e protecção individual.

4. Organização, treino e equipamento do pessoal

- De forma a manter uma capacidade de aprendizagem constante e de melhoria das intervenções, na ZMA deve existir uma valência de estudo e compilação das lições aprendidas capaz de estudar e produzir princípios e procedimentos de actuação na execução das tarefas de colaboração com a protecção civil.
- Os militares que forem chamados a intervir devem possuir instrução quanto às formas de actuar, nomeadamente noções básicas de prestação de socorro a vítimas, procedimentos de segurança a adoptar no resgate de pessoas de áreas de risco e cuidados relativamente à permanente ligação com o chefe da equipa.
- Atendendo à imprevisibilidade da tipologia de catástrofes que podem assolar as ilhas, todo o pessoal deverá ter um módulo de formação em princípios e procedimentos de actuação em missões de apoio à protecção civil. Neste contexto, julga-se que este módulo pode ser ministrado após a Formação Geral Comum e deverá ser ministrado nos regimentos por pessoal destacado da célula de excelência de Protecção Civil, que deverá, assim, possuir valências de doutrina e instrução.
- Independentemente da organização que vier a ser considerada como mais adequada para responder aos pedidos de colaboração da protecção civil, é conveniente que o pessoal, desde já, seja dotado dos equipamentos individuais de protecção e segurança que salvaguardem a sua integridade física e melhorem as condições de execução das tarefas. Entre estes, mas não exclusivamente, destacam-se adequados capacetes de protecção, luvas, calçado e roupa.



- A acrescentar ao ponto anterior, as unidades da ZMA devem ser dotadas de equipamento que aumente significativamente o rendimento do pessoal empenhado em operações de colaboração com a protecção civil, nomeadamente, mas não exclusivamente, bombas de água, geradores portáteis, sistemas de iluminação portáteis, comunicações móveis, motosserras, macas e equipamento de socorro e kits de primeiros socorros.

5. Conclusões

- As missões de colaboração com a protecção civil no contexto da RAA, face aos riscos de catástrofe, devem ser encaradas como fazendo parte da missão secundária das FFAA e da ZMA mas como uma segunda prioridade que não pode ser descurada em tempo algum.
- A sociedade civil tem contado e continua a contar com as FFAA para operações de socorro sempre que a situação o exija e a ZMA, maioritariamente constituída por açorianos, tem que corresponder a essas expectativas.
- As forças da ZMA devem responder a pedidos de colaboração recebidos pelo canal hierárquico e, em caso de manifesta urgência, responder a pedidos feitos pelos presidentes do SRBPCA e das câmaras municipais;
- Deve, contudo, ser claramente definido o quadro de actuação das FFAA, nomeadamente quanto à tipologia das tarefas a executar, natureza da formação básica de todos os intervenientes e ser precedida da avaliação de risco por elemento competente;
- O estudo, análise e reunião de lições aprendidas, assim com a capacidade de produção de doutrina e de formação, deve ser materializado numa célula;
- Deve ser estudado, em conjunto com o COA e o SRBPCA um mecanismo de alerta de condições meteorológicas extremas, que permita à ZMA accionar planos preventivos de mobilização de pessoal.